

**FACULDADE EDUFOR**  
**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**  
**SERVIÇO SOCIAL E A DEFESA À MULHER: abordagem sobre a Defensoria**  
Pública do Estado do Maranhão

---



**São Luís**

**2023**

**BRENDA MENDES ROCHA**

**SERVIÇO SOCIAL E A DEFESA À MULHER: abordagem sobre a Defensoria  
Pública do Estado do Maranhão**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Serviço Social da Faculdade EDUFOR, como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Ma. Enaire de Maria Sousa da Silva

**São Luís/MA**

**2023**

R672s Rocha, Brenda Mendes

Serviço social e a defesa à mulher: abordagem sobre a Defensoria Pública do Estado do Maranhão / Brenda Mendes Rocha — São Luís: Faculdade Edufor, 2023.

65 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (SERVIÇO SOCIAL) — Faculdade Edufor - São Luís, 2023.

Orientador(a) : Enaire de Maria Sousa da Silva

1. Serviço Social. 2. Atuação profissional. 3. DPE/MA. 4. Mulher vítima de violência. I. Título.

FACULDADE EDUFOR SÃO LUÍS

CDU 364.4-053.3.2

**SERVIÇO SOCIAL E A DEFESA À MULHER: abordagem sobre a Defensoria  
Pública do Estado do Maranhão**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Bacharelado em Serviço Social da  
Faculdade EDUFOR, como requisito obrigatório  
para obtenção de título de Bacharel em Serviço  
Social.

São Luís, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Enaire de Maria Sousa da Silva  
Mestra em Desenvolvimento Socioeconômico (UFMA)  
Orientador(a)

---

Prof.<sup>a</sup> Aylana Cristina Rabelo Silva  
Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (UEMA)

---

Prof.<sup>a</sup> Izamara Nunes Sousa  
Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (UEMA)

## **AGRADECIMENTOS**

Não poderia começar esses agradecimentos de forma diferente:

Agradecendo primeiramente a Deus por ter me amparado no decorrer desse processo, por ter me sustentado até aqui, e por todas as vezes que ele não me deixou desistir de tudo. Só ele e eu sabemos o quanto foi difícil, tantos choros, tantas crises de ansiedade, crises depressivas, tantos questionamentos, tantas orações de joelho, inúmeras situações que somente ele presenciou. Deus eu te agradeço por ser meu Norte, por me ajudar a passar pelas adversidades, por sempre alimentar sonhos incríveis no meu coração e por me fazer entender e me provar que eu nunca estive e nunca estarei sozinha, pois o senhor é comigo sempre.

Ao meu querido esposo com quem compartilho a vida agradeço por nunca ter soltado a minha mão, Henneger Reis você foi incrível, me abraçou por completa e se manteve firme ao meu lado em meio a todas as minhas crises, desesperos, lamentações, inseguranças; muitos desabafos ouvidos atentamente por você e muitas lágrimas enxugadas também. Um grande incentivador dos meus sonhos, a qual também sonhou junto comigo por esse momento. Obrigada por sempre estar sempre ao meu lado e nunca me deixar esquecer que eu sou capaz de tudo aquilo que Deus colocou em meu coração.

Agradeço aos meus familiares, em especial a minha mãe Jacqueline que sempre me deu incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço; me deu colo todas as vezes precisei e suas orações sempre me deram forças para prosseguir. Ao meu pai Wellington meu grande orientador da vida, que sempre acreditou em mim, me direcionou a correr atrás dos meus objetivos e me ensinou a nunca desistir tão facilmente do que desejo que apesar de todas as dificuldades me fortaleceu o que para mim foi muito importante. Ao meu irmão Brendon que é o amor da minha vida e que mesmo sendo criança já entende o quanto esta pesquisa é importante para mim.

As minhas grandes amigas Mileide, Amanda e Luciana, agradeço por serem sempre tão incríveis. Obrigada por todos os conselhos, palavras motivacionais, abraços e risadas. Muitas foram as vezes que nós fizemos ligações, criamos grupos no WhatsApp e enchemos de áudios sempre com a intenção de darmos força uma as outras. Nossa parceria é maravilhosa, a amizade com vocês me estimula sempre a ser melhor, a fazer melhor. Obrigada meninas por todo apoio até aqui, obrigada por fazerem parte desse momento comigo.

Obrigada a todos os meus professores pelas correções e ensinamentos que me ajudaram e permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso. Agradeço a professora Enraie, que foi a minha orientadora acadêmica nesse processo, por toda confiança, apoio e paciência.

Só tenho de agradecer a todos, pois cada um dá sua maneira me auxiliou até aqui, e eu sou e sempre serei muito grata. Essa realização é dividida com cada um de vocês.

*É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los  
dia-a-dia  
No horizonte de novos tempos  
Mais humanos, mais justos, mais solidários*

*Marilda Vilela Iamamoto*

## RESUMO

O presente estudo tem por objetivo abordar a atuação do assistente social diante da defesa de mulheres vítimas de violência em uma instituição do chamado sociojurídico, ou seja, busca compreender as particularidades dos processos interventivos frente às expressões de violência apresentadas ao contexto institucional da Defensoria Pública do Estado do Maranhão. Assim, a partir identificação dos elementos citados anteriormente, o trabalho busca elencar, as especificidades do trabalho do assistente social no Núcleo da Mulher e População LGBTQIA+ da Defensoria Pública do Estado. Sendo uma pesquisa de cunho qualitativo, foi utilizado como procedimentos metodológicos foram utilizados a pesquisa bibliográfica para os dois primeiros capítulos e a pesquisa de campo, através da realização de uma entrevista, para a construção das reflexões sobre o espaço de trabalho do assistente social, bem como suas intervenções. Como principais resultados obtidos tem-se a necessidade da atuação profissional do assistente social neste espaço, que em conjunto com a rede de atendimento à mulher vítima de violência, consegue oportunizar às vítimas um atendimento humanizado e integralizado, na perspectiva de possibilitar um acolhimento, bem como os encaminhamentos necessários para garantir o apoio e a proteção daquela mulher vítima de violência.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Atuação profissional. DPE/MA. Mulher vítima de violência.

## ABSTRACT

This study aims to address the role of the social worker before the defense of women victims of violence in an institution of the so-called social-legal, i.e., it seeks to understand the particularities of the intervention processes facing the expressions of violence presented to the institutional context of the Public Defender's Office of the State of Maranhão. Thus, based on the identification of the elements cited above, this study seeks to identify the specificities of the work of social workers in the Women's Center and the LGBTQIA+ population of the Public Defender's Office of the State of Maranhão. Being a qualitative research, it was used as methodological procedures the bibliographic research for the first two chapters and the field research, through an interview, for the construction of reflections on the work space of the social worker, as well as their interventions. As main results obtained, there is the need for the professional performance of the social worker in this space, which together with the network of assistance to women victims of violence, can provide the victims with a humanized and comprehensive service, in order to enable a reception, as well as the necessary referrals to ensure the support and protection of that woman victim of violence.

**Keywords:** Social Service. Professional Performance. DPE/MA. Woman victim of violence.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Rendimento médios do trabalho por sexo .....	31
--	----

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>2 GÊNERO E PATRIARCADO: a construção das relações patriarcais de gênero e seus rebatimentos na violência contra mulheres</b> .....	<b>15</b>
<b>2.1 Um breve histórico sobre o patriarcado no Brasil</b> .....	<b>22</b>
<b>2.2 A desigualdade de gênero na contemporaneidade: produção e reprodução da violência contra as mulheres</b> .....	<b>29</b>
<b>3 BREVE HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: do surgimento às principais configurações do exercício profissional na contemporaneidade</b> .....	<b>33</b>
<b>3.1 A gênese do Serviço Social: a influência do cenário político, econômico e social para a institucionalização da profissão</b> .....	<b>36</b>
<b>3.2 O Serviço Social na contemporaneidade</b> .....	<b>42</b>
<b>4 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROTEÇÃO SOCIAL À MULHER: um olhar sobre a Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA)</b> .....	<b>50</b>
<b>4.1 Caracterização da DPE-MA e os serviços prestados ao estado</b> .....	<b>50</b>
<b>4.2 Especificidades de atuação profissional dos assistentes sociais no segmento de mulheres</b> .....	<b>52</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>59</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>61</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>64</b>
<b>Apêndice I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido</b> .....	<b>64</b>
<b>Apêndice II - Roteiro de Entrevista Semiestruturada</b> .....	<b>66</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso intitulado “Serviço Social e a Defesa à Mulher: abordagem sobre a Defensoria Pública do Maranhão”, resulta de reflexões necessárias para o desenvolvimento de estudos relacionados aos diversos impactos decorrentes da violência contra a mulher, bem como à imprescindibilidade da atuação profissional do assistente social frente à Defesa da Mulher, sobretudo pelo alto índice de casos no cenário brasileiro, o que ocasionou uma exponencial preocupação acerca do processo de apoio e proteção à mulher na contemporaneidade.

A aproximação com essa temática se deu a partir dos estudos e pesquisas sobre as diversas expressões da questão social ao longo da graduação em Serviço Social, em que passou-se a observar, a partir do nosso cotidiano e locais degradantes, a presença do papel da mulher no trabalho.

Novas leituras sobre a temática, diferentes percepções e reflexões dos profissionais sobre quesitos que, muitas vezes, passam despercebidos devido ao próprio “agir profissional”, discussões novas no âmbito das categorias, dentre outros aspectos, são alguns dos objetivos que esse projeto possui.

Outra motivação, portanto, é que esta pesquisa visa “ampliar o leque” de produção teórica sobre as categorias em questão, tendo em vista que, apesar da vasta produção sobre elas isoladamente, há uma dificuldade em encontrar textos, artigos e livros sobre a relação entre as tais.

Desde então, acentuou-se a inquietação de aprofundar esse conhecimento, de debruçar perante a temática que envolve essa população que se apresenta invisível e discriminada frente o Estado e a sociedade, ou seja, a finalidade da pesquisa é quebrar com as barreiras do senso comum acerca do que a sociedade expressa no seu cotidiano.

A justificativa para a escolha do trabalho na DPE/MA se deu devido a algumas particularidades como: ser originalmente constituída na maioria por mulheres assistentes sociais; ter como fenômeno recente, a inserção de mulheres diversos espaços de trabalho; e ter sido estagiária em questão, podendo vivenciar as dificuldades dessas mulheres em seus realidades subjetivas, dentre eles, podem-se citar casos de discriminação de gênero, assédio moral e outros elementos oriundos das assimetrias de poder no espaço organizacional. Acredita-se que essas questões, conjugadas com as próprias dificuldades, contradições e desafios domésticos

contribuem para que as mulheres desenvolvam novas atitudes, comportamentos e estratégias pessoais para se sobressaírem em um espaço predominantemente masculino.

A motivação para a escolha do objeto partiu inicialmente, da vivência de uma das autoras desta pesquisa enquanto estagiária da instituição são as inquietações sobre o trabalho profissional do assistente social desenvolvido no Núcleo da Mulher e da População LGBTQIA+ da Defensoria Pública do Estado do Maranhão. Além disso, o interesse surgiu a partir de falas de profissionais e de algumas discussões de disciplinas em sala de aula, que fizeram perceber que esta é uma área que necessita de mais aprofundamento teórico, justificando, de maneira inicial, a escolha em conjunto com a outra autora onde decidiu-se pesquisar tal temática.

Vale salientar, que no âmbito do Serviço Social a defesa à mulher vítima de violência sob um viés institucional é algo relativamente discutido, apesar de ser uma área em que o Serviço Social pode estar atuando, portanto, é algo que deve ser alvo de pesquisa. A profissão, como um todo, tem suscitado nos últimos anos muitos estudos sobre competências e atribuições no âmbito profissional, no entanto, a formulação e implementação de projetos sociais que visem potencializar a capacidade de geração de renda para as mulheres ainda não tem sido integralmente abordada.

O Brasil ainda é um país recordista no que tange à violência doméstica contra a mulher. Sabe-se que muitas vezes as mulheres acabam se sujeitando às situações de violência porque não têm como se sustentar financeiramente. O fato de serem dependentes economicamente de parceiros que são agressores, faz com que sigam se submetendo às agressões para terem condições de sobreviver e, muitas vezes, garantir o sustento dos filhos.

A partir do momento em que se tem uma pesquisa que busca trazer tal debate à sociedade, entende-se que há a criação de um mecanismo para tirar mulheres de situações de violência doméstica, ao tempo em que proporcionam as condições de criação de sua independência financeira.

Com base nisso, o presente estudo foi produzido em uma perspectiva de ampliar a produção de conhecimento nesta temática, logo será uma forma de levar informação a outras pessoas que fazem Serviço Social. Poderá servir também como base para outras pesquisas relacionadas à temática, ou para outros temas inerentes a esta análise. Pesquisadores de gênero, por exemplo, poderão usar a pesquisa como base na elaboração de suas pesquisas.

Deste modo, pensar a modernidade, é entender que ela surge a partir de profundas mudanças ocorridas na sociedade ocidental, dentre as quais a tomada do poder pela burguesia e a imposição de seus valores sociais, a industrialização e a origem do capitalismo. Isso denota a redefinição de aspectos fundamentais da organização social, tais como a separação dos espaços públicos e privados, das atividades produtivas e reprodutivas, assim como a delimitação dos papéis sociais de homens e mulheres em cada um deles.

Assim, falar de gênero implica em analisar formas de agir, pensar e interpretar o mundo, relativas à diferenciação sexual, que estão presentes em certa época histórica, fazem parte da cultura e são compartilhados por indivíduos inseridos em uma determinada sociedade. Para a autora, entender o gênero sugere ir constantemente mais além do próprio gênero, não sendo possível compreender classe, raça ou desigualdade social sem considerar a influência do gênero, visto que as relações entre homens e mulheres são um componente essencial da estrutura social e as políticas de gênero se acham entre os determinantes principais do destino coletivo, uma vez que buscam transformar os padrões de gênero estabelecidos culturalmente e contribuir com a construção da igualdade entre homens e mulheres tanto no âmbito privado como no âmbito público.

O interesse em fazer este estudo sobre as diferenças entre os papéis de gênero na sociedade contemporânea deu-se através de experiências pessoais e acadêmicas, as quais nos levaram a perceber que as mulheres de ontem e as de hoje, através de uma construção cultural e social ao longo da história, vem sendo as grandes responsáveis pelo cuidado e bem estar dos seus familiares. Primeiramente, podemos perceber isso dentro da própria família, onde somente as mulheres, eram e ainda são incumbidas de realizar os trabalhos domésticos e, colocam-se como responsáveis pelos cuidados dos pais, filhos (as) e irmãos (as) no cotidiano ou quando estes são acometidos de alguma enfermidade.

Nesse sentido, a presente pesquisa teve como objetivo geral compreender as particularidades da atuação do assistente social na defesa de mulheres vítimas de violência a partir de sua intervenção no Núcleo da Mulher e da População LGBTQIA+ da Defensoria Pública do Estado do Maranhão. Como objetivos específicos, tem-se: realizar um debate sobre a questão de gênero a partir da compreensão sobre o patriarcado e o legado machista das relações sociais desde o Brasil Colônia até a contemporaneidade. Realizar um levantamento sócio-histórico sobre o Serviço Social

no Brasil e os principais aspectos sobre a sua instituições, bem como as competências e atribuições profissionais na atualidade e; Apontar os principais elementos que caracterizam a intervenção profissional do assistente social na DPE no âmbito do Núcleo da Mulher e da População LGBTQIA+.

A metodologia é o caminho percorrido pela pesquisa, e a demonstração da prática através da realidade, a metodologia nos indica os conceitos teóricos de questionamentos, as técnicas de pesquisa que utilizaremos para a análise da realidade, os métodos, o campo de análise, o universo e entre outros (MINAYO, 2002).

Nessa pesquisa utilizou-se o método materialista histórico crítico dialético de Marx, pois foram elencadas reflexões acerca da concepção de gênero e patriarcado de forma crítica. Num movimento de ida e volta pretendeu-se, não definitivamente, mostrar as condições de desenvolvimento da desigualdade de gênero enquanto uma problemática histórica e estrutural.

Esta apreensão que Marx dá a natureza material é que os homens se constituem na coletividade para a produção e a reprodução da vida com caráter histórico, de forma que eles se organizam através da história, é a partir dessa preocupação, e dessa dada realidade histórica de Marx, desenvolve o Método, “no entanto, não foi sistematicamente organizado para publicações (FALEIROS, 2010, p. 86).

A natureza desta pesquisa é de natureza qualitativa, que diz respeito a tendências observáveis e análise da temática a partir das concepções dos profissionais pesquisadores: (MINAYO, 2008). Para Minayo (2002, p. 87), essa pesquisa é de utilidade descritiva responde as tendências particulares, aparecendo mais vezes nas ciências sociais de uma forma que não pode ser qualificada, ou seja, “ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”.

Este trabalho também envolveu a pesquisa do tipo documental, que se assemelha muito à pesquisa bibliográfica. A pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa teórica, a partir da leitura de artigos científicos, periódicos, livros, produções oriundas de eventos científicos, dentre outros” (DEMO, 2015).

O campo de pesquisa para a coleta de dados foi o Núcleo da Mulher e da População LGBTQIA+ da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, Av. Professor

Carlos Cunha, 572, Jaracaty, São Luís – MA, vinculada à Defensoria Pública do Estado do Maranhão. O foco desta pesquisa foi identificar as particularidades da atuação do assistente social na defesa de mulheres vítimas de violência.

A escolha do profissional de Serviço Social teve como intuito compreender o processo de trabalho realizado por este no atendimento aos usuários, para um melhor entendimento acerca dos fluxos de atendimento, da rede socioassistencial, dinâmica da instituição e a articulação com as políticas públicas. Importa salientar que não foram entrevistados profissionais que estejam afastados, de férias ou de licença.

Foram utilizados instrumentos como uma entrevista semiestruturada e aplicação de roteiro, de acordo com a autora, Minayo (2008) neste tipo de entrevista o roteiro pode possuir principalmente perguntas abertas, dá ao entrevistado a possibilidade de falar mais livremente sobre o tema proposto, assim como o pesquisador pode criar formas de prosseguir a entrevista, esta não se torna assim, engessado. Ao fim da coleta, buscou-se realizar a análise dialogando com autores que falem acerca do tema, no intuito de articular a teoria e prática, além de trazer embasamento teórico aos resultados obtidos.

No primeiro capítulo foi realizada uma discussão sobre a questão de gênero com base na história do patriarcado no Brasil desde o Brasil Colônia, dando ênfase ao debate sobre as desigualdades de gênero que se originaram desse processo e se tornaram estruturais, refletindo-se na contemporaneidade. No segundo capítulo foi realizado um debate sobre a história do Serviço Social no Brasil enquanto uma profissão legitimada socialmente nas relações estabelecidas no capitalismo.

No terceiro capítulo, a pesquisa de campo foi orientada pela entrevista com a assistente social que atua no Núcleo da Mulher e da População LGBTQIA+, buscando identificar os principais aspectos de sua intervenção, como: principais desafios, instrumentais técnico-operativos, competências e atribuições e dentre outras questões levantadas.

## **2 GÊNERO E PATRIARCADO: a construção das relações patriarcais de gênero e seus rebatimentos na violência contra mulheres**

Nesse primeiro capítulo, o objetivo foi descrever a forma como o patriarcado construiu suas estruturas na sociedade brasileira desde o período colonial, bem como as consequências que esse contexto trouxe para a reprodução da violência contra as mulheres no país. Anterior ao debate sobre a história do patriarcado no Brasil, é necessário trazer à tona alguns aspectos sobre o desenvolvimento das análises contidas no presente estudo, principalmente no que diz respeito à concepção de gênero que orientou a presente pesquisa.

Uma ressalva a se fazer é que os movimentos feministas contemporâneos, muito criticam a forma na qual estudos sobre gênero foram sendo desenvolvidos, pois para eles houve um silenciamento das mulheres que fizeram essa história. Ou seja, muitas dessas perspectivas que buscaram dar sustentação a uma lógica de exploração e dominação das mulheres por homens foram realizadas dentro da ótica patriarcal. Apesar disso, após a Segunda Guerra Mundial, já no século XX, os estudos feministas se desenvolveram e começaram a explicar a opressão com base em uma teoria social fundamentada na desigualdade de gênero.

Muitas são as perspectivas que discutem o gênero na ótica da crítica feminista. No Brasil, as que mais se destacam são: as teorias do patriarcado, a teoria marxista e a teoria analítica de gênero. Resumidamente, esses estudos realizados por essas concepções, buscam organizar uma cronologia histórica, interligada à emergência das relações sociais capitalistas, acerca da origem da opressão contra as mulheres.

A teoria marxista, tendo como pensador o filósofo Karl Marx, foi fundamental para os estudos sobre as relações de gênero, pois evidenciou que a opressão contra as mulheres é histórica e um produto das formações sociais. Como um produto que resulta da história da sociedade, a teoria traz algumas categorias para a compreensão da mulher enquanto um sujeito explorado e marginalizado historicamente, com destaque à conceitualização da família, baseado nos estudos de Engels.

Uma dessas categorias apresentadas por Marx é a divisão do trabalho. Essa divisão é inerente ao sistema capitalista e nela, concentram-se as hierarquias de especialidades produtivas para estabelecer as relações de produção, que estão distribuídas entre a burguesia (classe dominante) e proletariado (classe trabalhadora, dominada). Para Engels (1981), a divisão do trabalho também tem um caráter sexual

e associado ao gênero, e uma das primeiras exemplificações sobre isto é a questão da procriação de filhos. Para o autor:

A primeira divisão do trabalho é a que se faz entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino (ENGELS, 1981, p. 70).

Quando o autor menciona sobre o antagonismo entre o homem e a mulher com base na monogamia, ele estabelece um estudo sobre a constituição do modelo de família, contida em sua obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”. Desse modo, a família monogâmica baseia-se na centralidade do poder do homem, este predominante em relação à mulher. Sua finalidade conduz a uma exigência básica para os sexos: a da mulher, procriar filhos cuja paternidade seja inquestionável; a do homem, o de dar condições para a manutenção daquele padrão de família (ENGELS, 1981).

Esse modelo de família resulta das sociedades antigas, onde os homens iam buscar a comida, através das práticas de caça e pesca, procurando a alimentação para os filhos e a esposa, e as mulheres ficavam responsáveis em cuidar da casa e dos filhos. Assim, foi uma relação que determinou que entre o homem e a mulher “[...] cada um é proprietário dos instrumentos que elabora e usa: o homem possui as armas e os apetrechos de caça e pesca, a mulher é dona dos utensílios caseiros” (ENGELS, 1981, p. 71).

Com o surgimento das sociedades modernas e, conseqüentemente, do aparecimento das indústrias e do modo de produção capitalista, a divisão do trabalho com base nas hierarquias entre homens e mulheres se expandiu. Com esse cenário, também se encontrava a expansão da propriedade privada dos meios de produção, pois, com ela, reproduziam-se nas relações a concepção de subordinação das mulheres em relação aos homens e a coerção dos corpos femininos para, majoritariamente, atividades procriativas.

Essa teoria traz reflexões importantes para os estudos sobre a posição da mulher na sociedade de classes. No entanto, o aspecto econômico, para Marx, é algo central para a compreensão das desigualdades entre homens e mulheres, o que para Nicholson (1987, p. 32), é algo um tanto quanto negativo, pois “as desigualdades das

mulheres terminam por ficar subsumidas à dimensão econômica na teoria de Marx”. Ainda que esse fator tenha sido reproduzido por Marx, algumas autoras contemporâneas desenvolvem trabalhos fundamentais para os estudos sobre o gênero, introduzindo ao debate categorias como: a divisão sexual do trabalho, o trabalho doméstico, o papel da produção e reprodução das mulheres na estrutura social, entre outros.

A outra perspectiva elencada inicialmente foram as teorias do patriarcado. Nela, inclui-se uma historicidade sobre o patriarcado enquanto uma organização social. Sendo assim, as teorias do patriarcado representam uma essencial tentativa de explicação sobre as desigualdades entre homens e mulheres contrapondo-se às teorias que colocam a mulher em uma posição de inferioridade sob a justificativa biológica e natural da mulher. Além disso, entende a sexualidade como uma construção da sociedade e engendrada pelas relações culturais (MACKNONN, 1989).

As teorias do patriarcado foram significativas para as lutas feministas, primeiro porque afirmavam a existência de um sujeito coletivo, segundo porque atribuíam as desigualdades das mulheres a uma construção histórico-cultural, ao invés de defini-las como um evento biológico (BARBIERRI, 1993, p. 03).

Além disso, é com as teorias do patriarcado que os movimentos feministas começam a discutir a categoria “patriarcado”, reconhecendo a necessidade do debate sobre o núcleo das desigualdades de gênero a partir das raízes históricas da dominação masculina. Joan Scott (1991), ressalta que a ideia de dominação masculina:

[...] vem da apropriação do trabalho reprodutivo da mulher, o que ela venha da reificação sexual das mulheres pelos homens, a análise baseia-se na diferença física. Toda diferença física tem um caráter universal e imutável mesmo quando as teorias do patriarcado levam em consideração a existência das mudanças nas formas e nos sistemas de desigualdade de gênero (SCOTT, 1991, p. 07).

Uma das críticas de Scott (1991) ao que foi citado anteriormente, é que a teoria do patriarcado não explica a forma que a desigualdade de gênero tem a ver com outras desigualdades decorrentes da forma de produção e reprodução das relações capitalistas. Assim, o autor diz que a teoria apresenta algumas falhas, sobretudo

quando introduz ao debate a lógica binária de gênero, que reduz ao gênero e sexo a duas formas distintas e opostas, como masculino e feminino.

É a partir dessas críticas que a teoria analítica de gênero surge, enquanto uma possibilidade de construir uma teoria que explicasse a opressão da mulher baseando-se em ideias do movimento feminista radical e pelo movimento feminista socialista, intermediando as concepções e possibilitando uma compreensão mais ampliada de gênero. As pesquisadoras dessa teoria buscaram investigar, de acordo com Barbieri (1993):

a) a subordinação das mulheres como produto de determinadas formas de organização e funcionamento das sociedades. Há, portanto, que estudar a sociedade ou as sociedades concretas; e b) não se avançará estudando apenas as mulheres, o objeto é mais amplo e requer uma análise das relações mulher-homem, mulher-mulher e homem-homem em todos os níveis, âmbitos e tempos (BARBIERI, 1993, p. 04).

Ou seja, para o autor, o conceito de gênero deve ser inserido, quando discutido de forma epistemológica, dentro das relações e teorias sociais, considerando o que já foi realizado dentro das próprias críticas às teorias do patriarcado e do marxismo.

Na realidade global, o debate sobre a categoria gênero pode ser visualizado, pelos movimentos feministas, a partir da década de 1970, sendo Gayle Rubin, uma das primeiras antropólogas a apresentar uma sistematização sobre o conceito, em sua marcante obra “O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política dos sexos”<sup>1</sup>. No entanto, o conceito apresentado por Gayle não foi tido como homogêneo dentro dos espaços de produção do conhecimento da época. Isso porque, para Barbieri (1993, p. 05):

O gênero também teve diferentes empregos nas disciplinas científicas. A demografia, por exemplo, o utiliza para desagregar dados por sexo, mas sem atribuir-lhe o conteúdo de uma construção social complexa, para além da diferença sexual anatomofisiológica. Nesse sentido, o gênero foi adotado, inicialmente, pelas feministas de diferentes disciplinas sociais e humanas, para substituir mulheres. Isso também foi observado pela antropóloga Maria Luiza Heilborn, em seu artigo “Fazendo Gênero? A antropologia da mulher no Brasil”, de 1992.

---

<sup>1</sup> Nesse ensaio, Gayle Rubin estabelece uma dicotomia na relação entre sexo/gênero. Nesse sentido, gênero é concebido como o que é determinado socialmente e o sexo seria o que é considerado biológico ou fisiológico, ou seja, natural. A dicotomia reside, portanto, entre o que se considera natural (sexo) e social (gênero). Foi com essa perspectiva que o conceito de gênero se difundiu hegemonicamente (CISNE, 2018, p. 48).

Desta forma, Rubin (1993), como pioneira na discussão sobre um possível conceito de gênero, coloca em cheque uma lógica que norteará a amplitude conceitual sobre a discussão quando introduz a ideia de gênero associada a uma construção social que promove, especialmente, a desigualdade histórica entre homens e mulheres. Em sua definição, a autora elenca o gênero como “[...] um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1993, p. 02).

Como um movimento comum dentro da realidade científica, as críticas surgem como parâmetros para argumentação sobre outras análises feitas acerca de um determinado objeto/fenômeno. Nesse sentido, o conceito apresentado por Gayle Rubin foi questionado, principalmente pelo avanço dos debates sobre o gênero que se iniciaram a partir da década de 1990, em um contexto menos repressivo e com certas aberturas ao diálogo em consequência do processo de redemocratização do Brasil.

Corroborando com Gayle Rubin, a autora Adriana Piscitelli apresenta que no ensaio de “O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política dos sexos”, Rubin introduz categorias importantes para a ampliação dos estudos contemporâneos de gênero: uma delas é a ideia de parentesco<sup>2</sup> e como ele realiza conexões dentro da estrutura política e social, se distanciando da tese biológica que naturaliza a inferiorização da mulher; a outra é o fato do argumento de Rubin se desvincular de uma análise sobre a realidade da mulher apenas de uma forma endógena, desconsiderando os sistemas culturais. Apesar dessas vantagens apresentadas por Rubin, para Piscitelli, a autora ainda se baseia em uma dinâmica “natural” do conceito de gênero.

Essa dinâmica natural do conceito de gênero consiste em dualizar a ideia de sexo/gênero, bem como o de natural/social. É uma realidade muito presente nos estudos feministas até a década de 1990, onde algumas autoras clássicas, como Gayle Rubin, insistiam no:

---

<sup>2</sup> Para Piscitelli (2004, p. 50), o parentesco instaura a diferença, a oposição, exacerbando, no plano da cultura, as diferenças biológicas entre os sexos.

[...] caráter de construção social do gênero, o sexo e a natureza não foram historicizados e, com isso, ficaram intactas ideias perigosas relacionadas com identidades essenciais tais como mulheres e homens. Além disso, a categoria de gênero obscurece ou subordina todas as outras - raça, classe, nacionalidade - outras, que emergem nitidamente das políticas de diferença (PISCITELLI, 2004, p. 53).

Cabe destacar que, para Piscitelli (2004), a ideia que se construiu de gênero, principalmente a que reproduz as bases da dicotomia natural/social deve ser questionada, pois a forma como se universalizou a ideia de gênero não reconhece os discursos produzidos por mulheres lésbicas, negras, dentre outras. É como se a tentativa de “padronizar” o conceito de gênero produzisse limitações quanto a um recorte de classe e raça.

Scott (1991) assim como Piscitelli (2004), considera o conceito de gênero ligado à divisão sexual do trabalho e da reprodução da sexualidade. Para a autora, o gênero está inserido em uma estrutura que está subordinada à lógica do sistema patriarcal, que foi discutido mais profundamente no tópico posterior. Assim, tem em sua essência o lócus de trabalho, mas também as relações de poder. Portanto,

O gênero implica quatro elementos relacionados entre si: primeiro – símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias); segundo – conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tipicamente tomam a forma de uma oposição binária que afirma de forma categórica e sem equívoco o sentido do masculino e do feminino. Esse tipo de análise tem que incluir uma noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais. Este é o terceiro aspecto das relações de gênero. O quarto aspecto é a identidade subjetiva (SCOTT, 1991, p. 15).

Esses quatro elementos publicados por Scott (1991), se difundem como uma compreensão para o conceito de gênero que deve ser analisado de forma incorporada e simultânea as formas de relações que estão se desenvolvendo na sociedade. Um destaque sobre essas relações é a questão do poder, que se apresenta como uma categoria fundamental para a compreensão de gênero, isso porque o gênero representa “um campo primeiro no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado” (SCOTT, 1991, p. 16).

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Cisne (2018) menciona que o conceito de gênero deve ser entendido com base em uma análise crítica sobre suas

metamorfoses, deixando de isolá-lo em um debate sobre a dicotomia gênero/sexo e natural/social, o que obscurece o caráter histórico de categorias como o sexo e o corpo. Dessa forma:

O centro da nossa crítica ao conceito de gênero reside na ocultação da hierarquia e dos antagonismos materiais existentes entre os sexos. Essa ocultação ocorre porque, hegemonicamente, os estudos de gênero não são desenvolvidos de forma relacional aos sistemas de exploração, notadamente, de classe. Ao contrário, eles tendem à discussão mais individual, da construção cultural e da categorização do ser homem e do ser mulher, por meio dos símbolos, das subjetividades, das representações sociais e identidades, deslocando essas dimensões de sua base objetiva e material (CISNE, 2018, p. 50).

Nesse sentido, a autora traz elementos constitutivos da categoria gênero para evidenciar a necessidade de seu conceito trazer consigo a dimensão hierárquica e conflitual das relações sociais e da contribuição para a crítica acerca da biologização do sexo. Em vista disso, o conceito de gênero deve se distanciar de uma perspectiva a-histórica, a-político e pretensamente neutro, pois gênero é “um conceito cujo conteúdo, se apartado das relações sociais de classe e ‘raça’, e da luta pela erradicação das explorações e opressões daí decorrentes, pouco oferece como ‘arma da crítica’” (CISNE, 2018, p. 51).

Nesse conceito, muito se fala em relações sociais e sua ligação com o conceito de gênero/sexo. Cisne (2018, p. 53) afirma que essa relação se dá porque as “relações sociais se produzem num nível microssocial [...], elas se articulam entre grupos e só podem ser percebidas ou transformadas indireta e coletivamente”. Assim, a ideia de gênero deve ser debatida, portanto, sob as **relações sociais de sexo** ou *rappports sociaux de sexe*.

A origem da categoria *rappports sociaux de sexe* está diretamente vinculada à de relações sociais de classe, posto que ao ser entendida como uma relação ampla, estruturante, é impossível não associá-la às relações de classes nas quais se realiza. A utilização do conceito de relações sociais de sexo, além de sublinhar a dimensão antagônica das classes, assegura o não esquecimento da centralidade do trabalho para os estudos feministas. Assim, as relações sociais do sexo permitem ampliar a análise para além de questões individuais, embora reflitam nelas. Trata-se de entender que o sexismo, o machismo, o heterossexismo que, muitas vezes, se expressam individualmente resultam de relações antagônicas mais amplas, mediadas por conflitos e antagonismos que envolvem a constituição patriarcal das relações de sexo, imbricadas nas relações sociais de classe e raça (CISNE, 2018, p. 54).

Portanto, a autora salienta que os estudos de gênero devem, certamente, se alinhar às concepções de raça e classe, imbricadas nas relações antagônicas da sociedade patriarcal, racista e sexista desenvolvida nas relações sociais desde o período colonial. Apresentada algumas perspectivas que embasam os estudos de gênero e seu conceito, o presente trabalho, enquanto uma produção da área do Serviço Social que valoriza os direcionamentos do Projeto Ético-Político do Serviço Social, ressalta que as análises aqui contidas foram sistematizadas com base na criticidade sobre o patriarcado e das relações sociais de sexo.

Nesse sentido, o próximo subcapítulo destinou-se a um breve histórico do patriarcado no Brasil, pois sua compreensão é fundamental para observar o formato de constituição da desigualdade de gênero no país. Para tanto, foi necessário descrever alguns marcos históricos do sistema patriarcal, com destaque às formas nas quais o sistema conseguiu se legitimar e introduzir suas ideias junto à sociedade.

## **2.1 Um breve histórico sobre o patriarcado no Brasil**

Por se caracterizar como um fenômeno histórico, social, cultural e político, o patriarcado deve ser entendido a partir de seus fundamentos teóricos-políticos e de sua inserção nas relações sociais históricas. Nesse sentido, traçar um panorama de como esse sistema se consolidou no Brasil demanda uma busca da literatura devido à complexidade da temática.

Como um conceito preliminar à pesquisa, as relações patriarcais de gênero e seu desenvolvimento na sociedade pode ser entendida, de modo geral, a partir da supremacia masculina consolidada nas relações sociais, onde o poder da figura patriarcal, está presente enquanto uma dominação e exploração dos corpos das mulheres, como um complexo categorial estruturado para garantir a incorporação dos seus pressupostos no meio social (SAFFIOTI, 2013).

Por isso, o patriarcado, de acordo com a alternativa analítica, deve ser apreendido a partir dos seguintes elementos: a) como um processo histórico, cuja objetivação do ser social é visto como modificável e contraditório; b) nesse processo, há uma permanência do complexo de estrutura do ser; c) o surgimento da exploração e dominação patriarcal acontece a partir da divisão sexual do trabalho e; d) a desigualdade de gênero, medida a partir do termômetro de relação de igualdade entre

homens e mulheres, pode identificar a necessidade de emancipação humana (SAFFIOTI, 2013).

Deste modo, para Saffioti (2013), quando a discussão sobre a concepção do patriarcado é colocada em contextualização, a principal tarefa é buscar nas obras marxianas a tese sobre a situação da família nos países europeus, especialmente Inglaterra e França, com o surgimento do modo de produção capitalista. Para a autora:

Em qualquer dos dois países, contudo, as liberdades femininas se circunscreviam às atividades da mulher negociante. Em todas as outras esferas, quer de trabalho, quer de vida ociosa, sempre foi considerada menor e incapaz, necessitando da tutela de um homem, marido ou não. A felicidade pessoal da mulher, tal como era então entendida, incluía necessariamente o casamento. Através dele é que se consolidava sua posição social e se garantia sua estabilidade ou prosperidade econômica. Sob a capa de uma proteção que o homem deveria oferecer à mulher em virtude da fragilidade desta, aquela obtinha dela, ao mesmo tempo, a colaboração no trabalho e o comportamento submisso que as sociedades de família patriarcal sempre entenderam ser dever da mulher desenvolver em relação ao chefe da família (SAFFIOTI, 2013, p. 63).

Esse contexto refere-se especificamente ao advento do sistema capitalista, onde em termos de família, Marx e Engels apresentam os conceitos de monogamia e trabalho, os quais foram essenciais para a manutenção do próprio capital para a hierarquização das atividades inerentes aos homens e às mulheres e, nesse sentido, corrobora a divisão sexual do trabalho. Nesta fase, o processo de acumulação do capital:

[...] elimina menos trabalho do que a máquina está apta a fazê-lo; elimina, por vezes, o trabalho do chefe da família não porque tenha a nova sociedade subvertido a hierarquia familiar, mas porque a tradição de submissão da mulher a tornou um ser fraco do ponto de vista das reivindicações sociais e, portanto, mais passível de exploração. Mesmo quando emprega todos os membros do grupo familiar, a indústria capitalista da fase em questão distribui entre toda a família o valor da força de trabalho do seu chefe (SAFFIOTI, 2013, p. 69).

Nesse sentido, a autora se aproxima da concepção de Weber sobre o patriarcado, que caracteriza-se como um sistema tradicional de família. No entanto, como uma marxista contemporânea, Saffioti (2013) adequa o conceito para que ele tenha um teor classista, onde seja possível demonstrar a posição da mulher na

sociedade de classes, tanto no que se refere à sua expulsão, quanto à integração periférica de seu trabalho<sup>3</sup>.

Essa aproximação mais crítica acontece quando a autora menciona clássicos da literatura brasileira, principalmente relacionados ao pensamento social do Brasil<sup>4</sup> em uma perspectiva estrutural no que diz respeito às classes sociais e seu desenvolvimento histórico. Desse modo, esse conceito de patriarcado, caracterizado a partir do domínio masculino derivado, também, da propriedade privada dos meios de produção, é resultado de reflexões que envolvem, incluindo, a questão da família monogâmica.

Pode-se admitir que a família monogâmica tenha suas estreitas vinculações com a propriedade privada, ou melhor, com o modo de produção capitalista, sobretudo em seu aspecto reprodutivo, ou seja, no que tange ao direito de sucessão. Todavia, seria simplificar demais a realidade asseverar que a propriedade privada constitui a fonte exclusiva de inferiorização da mulher na sociedade. [...] Se, por um lado, a propriedade condiciona certas formas de domínio, podendo-se mesmo afirmar que a dominação economicamente condicionada decide dos destinos de uma sociedade competitiva em épocas normais, por outro, existem formas de domínio que não derivam diretamente da propriedade privada (SAFFIOTI, 2013, p. 120).

Ao dizer que existem outras formas de domínio que não derivam diretamente da propriedade privada, a autora demonstra que o patriarcado não é somente uma adaptação à um tipo de dominação que se originou apenas com o surgimento do modo de produção capitalista, mas para além disso, está presente nas sociedades desde a emergência das relações de poder e submissão. Essa relação subordinada se inscreve nas determinações que se reproduzem no sistema e na marginalização de uma categoria de sexo, “[...] na qual a mulher desempenha suas funções naturais e

---

<sup>3</sup> A integração periférica, na estrutura de classes, quer dizer, evidentemente, as funções que a mulher desempenha na família (sexualidade, reprodução e socialização dos filhos) se vincula quer à sua condição de trabalhadora, quer à sua condição de inativa. Em qualquer dos casos, aquelas funções que operam no sentido da discriminação social a partir do sexo, expulsando as mulheres na estrutura de classe ou permitindo-lhes uma “integração periférica” (SAFFIOTI, 2013, p. 90).

<sup>4</sup> Autores como Florestan Fernandes, em seu ensaio sobre a sociologia geral e aplicada (1960), Sociologia em uma era de revolução social (1963) e a integração do negro na sociedade de classe (1964); Caio Prado Junior com A Revolução Brasileira; Nelson Werneck Sodré com a Formação Histórica do Brasil (1963), Introdução à Revolução Brasileira (1963), As razões da independência (1965) e Ideologia do colonialismo (1965). Na área da economia, Celso Furtado, neste período, publicou alguns de seus mais importantes livros, como Desenvolvimento e subdesenvolvimento (1961); Formação econômica do Brasil (1963) e Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina (1966) (PINTO, 2014, p. 323).

mais a de trabalhadora doméstica e socializadora dos filhos” (SAFFIOTI, 2013, p. 124).

É a partir dessa circunstância que se manifesta o “patriarcado embrionário”, que significa que a posição da mulher, no período escravocrata-senhorial, já era inferioridade pela colônia, onde as relações entre homens e mulheres girava em torno de um sistema de dominação oriundo das relações escravistas e patrimonialistas. Contribuindo com esse pensamento, Aguiar (2000), ressalta que Gilberto Freyre, um dos grandes pensadores do sistema escravocrata e, conseqüentemente, patrimonial e patriarcal, diz que a estratégia patriarcal:

Consiste em uma política de população de um espaço territorial de grandes dimensões, com carência de povoadores e de mão-de-obra para gerar riquezas. A dominação se exerce com homens utilizando sua sexualidade como recurso para aumentar a população escrava. A relação entre homens e mulheres ocorre pelo arbítrio masculino no uso do sexo. O poder da religiosidade aparece limitado para conter a liberdade sexual masculina e o abuso sexual da mão-de-obra escrava. Padres portugueses por vezes abandonam o ascetismo religioso e aderem ao patriarcado, que deixa de ser, assim, em contraste com a perspectiva weberiana, uma forma de racionalidade econômica, estratégia de povoamento, estabelecida no processo de colonização portuguesa (AGUIAR, 2000, p. 308).

Ainda sobre o domínio tradicional que se estabelece com a relação patrimonialista, para Faoro (2001), o patriarcado brasileiro contribuiu para o desenrolar do Estado patrimonialista, tendo em vista o modelo de organização política brasileira que foi pautado na dominação do público sobre o privado. Dessa forma:

O domínio tradicional se configura no patrimonialismo, quando aparece o estado-maior de comando do chefe, junto à casa real, que se estende sobre o largo território, subordinando muitas unidades políticas. Sem o quadro administrativo, a chefia dispersa assume caráter patriarcal, identificável no mando do fazendeiro, do senhor de engenho e nos coronéis. Num estágio inicial, o domínio patrimonial, desta forma constituído pelo estamento, apropria as oportunidades econômicas de desfrute dos bens, das concessões, dos cargos, numa confusão entre o setor público e privado, que, com o aperfeiçoamento da estrutura, se extrema em competências fixas, com divisão de poderes, separando-se o setor fiscal do setor pessoal. O caminho burocrático do estamento, em passos entremeados de compromissos e transações, não desfigura a realidade fundamental, impenetrável às mudanças. O patrimonialismo pessoal se converte em patrimonialismo estatal, que adota o mercantilismo como a técnica de operação da economia (FAORO, 2001, p. 870).

Assim, esse processo de colonização portuguesa no Brasil representa não somente uma possibilidade de instaurar na realidade brasileira um sistema econômico

feudal, mas também condições para o desenvolvimento de uma economia colonial dependente, que possa ser capaz de atender aos interesses e privilégios do embrionário capitalismo mercantil europeu, ao passo que auxilie no desenvolvimento da essência patriarcal na sociedade (SAFFIOTI, 2013)<sup>5</sup>.

Como pano de fundo desse contexto patriarcal, as mulheres negras desempenham um importante papel na função da escrava do sistema produtivo da sociedade escravocrata. Como um “instrumento inconsciente” de sua própria condição na luta de classes, as escravas são destinadas, além dos aspectos reprodutivos, a serviços sexuais para os senhores brancos. Como consequência desse cenário, houve um enorme número de violências e estupros contra mulheres negras (SAFFIOTI, 2013).

Embora homens e mulheres escravos apresentassem componentes existenciais basicamente semelhantes, às funções diferentes, que foram obrigados a desempenhar, conferiram-lhe papéis de importância diferencial no solapamento da ordem social estabelecida. Nem o emprego de técnicas mais refinadas no tratamento do escravo artífice, objetivando a satisfação de interesses econômicos do senhor, nem a utilização da mulher escrava enquanto instrumento de prazer sexual (quer diretamente pelo seu senhor, quer indiretamente quando, numa exploração econômica típica, seu senhor a alugava a outros brancos) seriam capazes de formar, no escravo em geração, a consciência de sua condição e condicionar uma atuação social apta a superá-la. Há que se buscar nos produtos dos papéis sociais dos escravos de ambos os sexos, como objetivações materiais que são destes papéis, a participação diferencial que uns e outros, inconscientemente, tiveram no solapamento da sociedade de castas (SAFFIOTI, 2013, p. 165).

Nessa conjuntura, as relações escravocratas senhoriais definiram, no período colonial, o papel que desempenharia as mulheres e, sobretudo, a subordinação da mulher negra. A partir do século XIX, estando consolidado o poder econômico do sistema patrimonial-patriarcal no Brasil, a colonização, enquanto a fase de constituição dos princípios e valores aliados ao modelo europeu se expandiram. Além desses valores e princípios, “[...] a própria economia colonial brasileira, voltada que

---

<sup>5</sup> Dessa forma, a autora menciona que a família patriarcal configurou-se como uma importante estrutura para a compreensão da história brasileira e do imaginário social, considerando as distinções entre mulheres brancas e negras e os espaços de atuação na sociedade. Assim, Saffioti (2013) inaugurou novas formas de análise, os quais encaminharam diferentes olhares aos processos de opressão/dominação. Seus estudos consideraram que a determinação comum sexo exprime, nas sociedades de classes, uma relação subordinada em cuja operação não se inscreve a explicação do funcionamento do sistema social; ao contrário, é nas determinações essenciais do sistema que se podem encontrar as raízes do modo pelo qual é marginalizada a figura feminina.

era para o mercado externo, levaria ao fortalecimento do patrimonialismo mais próximo do tipo patriarcal" (SAFFIOTI, 2013, p. 232).

Com o desenvolvimento do sistema capitalista, novas configurações foram instauradas nas relações de produção. A substituição das relações escravistas pelo trabalho assalariado expressou novos moldes. Apesar disso, grupos marginalizados historicamente não foram inseridos no sistema bem como "[...] não possibilitam nem uma solução completa, nem uma solução duradoura ou permanente para o problema da mulher" (SAFFIOTI, 2013, p. 232). Como dito, as mulheres também foram marginalizadas pelo capitalismo, que reproduziu em suas estruturas o sistema patriarcal, tanto na esfera pública quanto na privada.

Nesse sentido, na sociedade capitalista, a mulher continuou marginalizada e, ainda mais, passou a ser submetida a novas formas de violência, com as novas contradições e desigualdades que o sistema impôs na sociabilidade. Através do Estado burguês e da Igreja Católica, importantes instituições da época, a dominação masculina sobre os corpos e vidas das mulheres foi legitimada com base na instrução moral que é vinculada, preponderantemente, pela instrução religiosa. Desse modo, a Igreja

[...] só esbarrava com a autoridade do senhor que, dentro da família patriarcal, dominava a mulher e os filhos. Em nome de Deus, contudo, iam conquistando os elementos dominados da família senhorial. Como representavam a única força capaz de se contrapor aos excessos da autoridade do patriarca, sancionavam positivamente o regime e, hábil e sutilmente, doutrinavam os meninos nas escolas e as mulheres nas capelas e igrejas (SAFFIOTI, 2013, p. 187).

Essa foi uma das formas produzidas pelo sistema em garantir a expansão do patriarcado na sociedade brasileira, fazendo com que uma das grandes influências da formação social do Brasil, o catolicismo, contribuísse para a composição das relações patriarcais de gênero no país.

No período da República brasileira, as mulheres passaram a ter um acervo mais amplo de inserção no mercado de trabalho e na educação. Para Saffioti (2013), foi com a agudização do capitalismo, sobretudo com a separação entre a "morada" e o local de trabalho, que criou-se "possibilidades" para as mulheres saírem de seus ambientes domésticos e irem trabalhar, o que não significa que antes da "criação" desse espaço, elas ficavam sem fazer nada em suas residências. Apesar disso, não se pode concluir que houve uma inserção digna de mulheres, mas com o crescimento

das indústrias de alimentos, tecidos e costuras, as mulheres precisavam complementar a renda familiar, o que ocasionou uma bruta expansão da força de trabalho feminina.

A ausência de uma educação para o sexo feminino agravou a marginalização profissional e, conseqüentemente, atuações periféricas e má remuneração, bem como depreciação das condições intelectuais e de atuação social fora do âmbito familiar. A educação foi e é um espaço privilegiado, mas ratificou a manutenção dos mitos de inferioridade intelectual da mulher. Além da precarização da formação educacional do sexo feminino, não foi lhe permitido desempenhar habilidades da vida social, da remuneração, da venda da força de trabalho, tão pouco foram instruídas para este fim (SAFFIOTI, 2013, p. 104).

Todos esses aspectos trazidos como consequência das relações instituídas pelo patriarcado condicionam uma espécie de arquétipo feminino, que reduz à condição da mulher a uma trabalhadora doméstica sem remuneração e a cuidadora de seus filhos, podendo garantir a manutenção da instituição família e influenciar na intimidade moral dos sujeitos, visando assegurar a ordem e a ideologia burguesa e patriarcal.

Como uma sociedade que herda essa ideologia, a regulamentação do patriarcado perdura até os dias de hoje e acompanhou importantes momentos históricos da sociedade brasileira (período colonial, imperial e republicano), demonstrando sua força diante do extremo conservadorismo que consolidou desde sempre. Dessa forma, com a perspectiva de promover ainda mais a inferiorização da mulher, o sistema patriarcal se renova constantemente, devido a sua hegemonia durante muito tempo no plano político, sociocultural e econômico, que objetifica a mulher e faz com que a figura feminina seja vítima de inúmeras violências na contemporaneidade.

Nesse sentido, visto que a discussão sobre a história do patriarcado foi introduzida, o próximo subcapítulo foi estruturado com base nas consequências desse sistema para o cotidiano de vida das mulheres, especialmente no que diz respeito ao contexto da violência.

## **2.2 A desigualdade de gênero na contemporaneidade: produção e reprodução da violência contra as mulheres**

Como apresentado no tópico anterior, com a substituição da mão-de-obra escrava para o trabalho assalariado, novas formas de violência contra a mulher foram surgindo, assim como outras foram sendo potencializadas pelo modo de produção capitalista. Essas novas expressões de violência que, historicamente, foram se reproduzindo nas relações, resultam de um contexto de legitimidade da dominação masculina e manutenção do patriarcado em contraposição à qualquer manifestação favorável sobre os direitos das mulheres.

Além disso, também como um resultado de todo o contexto apresentado acerca da história do patriarcado no Brasil, a desigualdade de gênero possui grande importância enquanto um dos mais consideráveis legados desse processo que inferiorizou, em grande escala, desde os aspectos mais subjetivos à vida das mulheres, para garantir ao poder patriarcal a subsistência de sua estrutura autoritária.

No contexto contemporâneo, a desigualdade de gênero, apesar das diversas tentativas de mudar essa realidade por parte dos movimentos sociais organizados com destaque aos movimentos feministas, é naturalizada. Essa desigualdade, que se manifesta em diferentes comportamentos e ideologias, incide também no grande número de violência contra as mulheres. Esse cenário é consequência da romantização do poder do homem em que ao usar o seu “poder supremo”, pode ter garantida a sua autonomia e reproduzir suas violências, as quais são, inclusive, justificadas pela história de sua superioridade em relação à mulher, conforme apresenta os princípios patriarcais (TELES, 2006).

Antes de falar sobre violência, é necessário acentuar alguns elementos que demonstrem a proporção da desigualdade de gênero no Brasil. Nesse sentido, a história, enquanto um elemento que pode te possibilitar a compreensão mais detalhada de vários aspectos sobre fenômenos distintos, demonstra que o tempo pode elucidar diferentes formas da manifestação da desigualdade de gênero no mundo, assim como no Brasil.

Para que sejam identificadas o universo de suas particularidades, existem alguns recortes para medir as inúmeras desigualdades de gênero no Brasil. Ou seja, para se analisar a desigualdade de gênero no país, é preciso considerar não apenas os indicadores que apontam para essa problemática, mas também todos os aspectos

sociais, políticos, econômicos e ideológicos que se envolvem nesse processo. Desta forma, buscando designar alguns âmbitos essenciais que demonstram a desigualdade de gênero na sociedade, a pesquisa buscou fundamentar-se em instituições, ainda que estatais, que promovam essa organização de dados quantitativos e qualitativos acerca da atual situação em questão.

Como um instrumento de pesquisa aplicada à sociedade brasileira, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), desenvolveu no período entre 1995 a 2015 o “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça” no Brasil, que de acordo com a instituição tem como objetivo principal a divulgação de informações sobre a real situação de mulheres, homens, negros e brancos do país (IPEA, 2023). Esse estudo contínuo:

[...] apresenta indicadores oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, sobre diferentes campos da vida social, de forma a disponibilizar para pesquisadores/as, estudantes, ativistas dos movimentos sociais e gestores/as públicos um panorama atual das desigualdades de gênero e raça no Brasil, bem como de suas interseccionalidades (IPEA, 2023, n.p.).

Deste modo, esse é um estudo necessário para que esses debates realizados visando a pesquisa sobre a desigualdade de gênero levem em consideração as expressões da realidade, que se manifestam de forma variada ao decorrer da história. Assim, com o objetivo de delimitar a somente alguns âmbitos da vida social discutidos no retrato das desigualdades, a presente pesquisa trouxe apenas o eixo do mercado de trabalho e à pobreza, distribuição e desigualdade de renda. No entanto, outros eixos são elencados, como: população, chefia de família, educação, previdência e assistência social, trabalho doméstico remunerado, dentre outros.

Quando o assunto é saúde, a pesquisa revela que o acesso das mulheres é um tanto quanto limitado, quando comparado às mulheres que vivem na zona urbana em detrimento das que residem na zona rural. O próprio atendimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), que engloba serviços públicos e privados, evidencia a desproporcionalidade entre o público atendido.

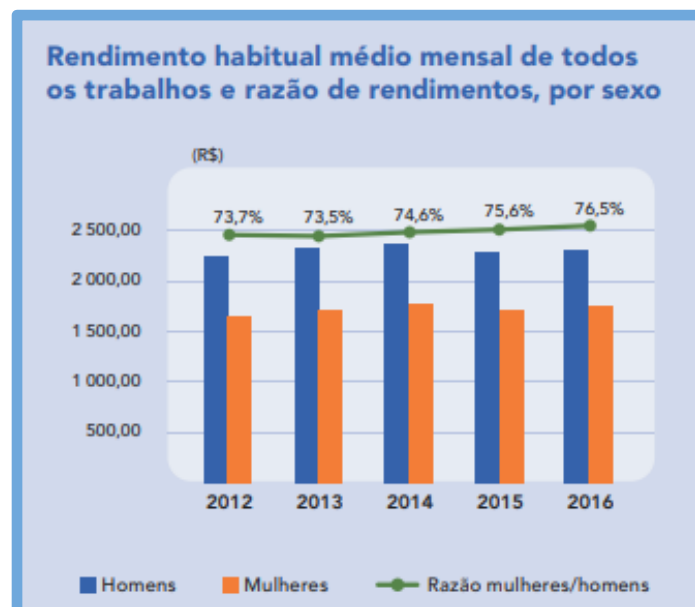
No mercado de trabalho, o resultado é a reprodução nítida dos valores históricos associados à mulher: a do trabalho doméstico não remunerado e cuidadora do lar, enquanto o homem é o responsável pelo trabalho. Quando há um recorte de raça, que é essencial que seja realizado, as estatísticas demonstram uma

preocupação ainda maior: mulheres negras estão ainda mais marginalizadas quando se trata de acesso ao trabalho. De acordo com o IPEA (2015):

As barreiras para as mulheres entrarem no mercado de trabalho se mostram presentes, apesar dos avanços das décadas passadas. Os últimos vinte anos parecem indicar que as brasileiras atingiram um “teto” de participação difícil de ser ultrapassado. Entre 1995 a 2015, a taxa de participação feminina pouco oscilou em torno dos 54/55%, não tendo jamais chegado a 60%. Isto significa que quase metade das brasileiras em idade ativa está fora do mercado de trabalho. Enquanto isso, o percentual masculino chegou a 85% e vem caindo, tendo alcançado menos de 78% no último ano da série (IPEA, 2015, p. 07).

Em dados mais atualizados, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019, divulgam que cerca de 54,5% de mulheres com 15 anos ou mais compõem o contexto da força de trabalho brasileira, enquanto 73,7% dos homens com essa mesma faixa etária integravam a força de trabalho no país. Em relação aos rendimentos médios do trabalho, as mulheres recebem cerca de  $\frac{3}{4}$  do que homens recebem ocupando os mesmos postos de trabalho. Em números mais exatos, a pesquisa ressalta o que demonstra a figura a seguir:

**Figura 1** - Rendimento médios do trabalho por sexo



**Fonte:** IBGE (2012-2016)

Esses dados revelam a diferença histórica de salários recebidos entre homens e mulheres, que até 2020, continuou a subir de forma frenética. De acordo com dados

do IBGE, no final do ano de 2022, a diferença salarial entre homens e mulheres chegou a marca de 22%, o que representa, em termos interpretativos, que uma mulher recebe, aproximadamente, 78% do que ganha um homem.

Apesar da pesquisa do IPEA ter sido desenvolvida até o ano de 2015, existem outros dados mais atualizados que demonstram que a desigualdade de gênero ainda é uma problemática inegável da sociedade brasileira. Segundo o Fórum Econômico Mundial, o Brasil ocupa o 94º lugar em uma classificação que busca estruturar um ranking global sobre desigualdade de gênero.

Ou seja, a desigualdade de gênero no Brasil é uma realidade que dela derivam diversas outras manifestações de produção e reprodução da estrutura patriarcal e machista que se consolidou no país desde o período colonial até a contemporaneidade.

Portanto, esse cenário explicita a concreticidade da desigualdade de gênero histórica no Brasil, revelando que suas múltiplas dimensões possuem uma particular relação com as inúmeras expressões de violências vivenciadas todos os dias por mulheres brasileiras.

### **3 BREVE HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: do surgimento às principais configurações do exercício profissional na contemporaneidade**

O Serviço Social no Brasil surge em um contexto um tanto quanto estratégico para a garantia de determinados processos vinculados à estrutura do capitalismo em solo brasileiro. Esse viés da análise reconhece a profissão enquanto uma interpretação já contemporânea das relações sociais, que implicam considerá-la no contexto do desenvolvimento do capitalismo monopolista e das intensas transformações sociais e políticas decorrentes do processo de industrialização que adensou às expressões da questão social uma determinada urgência para o Estado no que diz respeito à sua intervenção para desmobilizar qualquer manifestação que pudesse impedir o desenrolar das forças produtivas que se instauraram na dinâmica econômico-social.

Desta forma, o presente capítulo busca subsidiar as reflexões sobre as condições que marcaram a história do Serviço Social em uma perspectiva crítica, apresentando sistematizações da relação da profissão com as estratégias capitalistas para garantir sua manutenção no seio da sociedade. Assim, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca das particularidades da influência do cenário político, econômico e social para a institucionalização do Serviço Social no Brasil. Além disso, foram elencados alguns aspectos que imprimem na imagem do trabalho do assistente social na contemporaneidade uma direção sócio-política através da construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Essa perspectiva que endossa as discussões desse capítulo, partem de um pressuposto de que a história da sociedade é a história da luta entre as classes, em que a sociabilidade do capitalismo nas relações sociais, reproduzem formas específicas de reproduzir as desigualdades perante o processo de apropriação privada dos burgueses e da exploração da força de trabalho do proletariado<sup>6</sup>.

Esses fatores, que são essenciais para subsidiar as reflexões sobre a história do Serviço Social, ou melhor, a sua institucionalização enquanto uma profissão no Brasil, permitem identificar os elementos que a dinâmica social reproduz na

---

<sup>6</sup> A força de trabalho em ação, sendo a substância que produz a riqueza, a reproduz como riqueza para outros. Assim, o trabalho se torna para o trabalhador como algo que é estranho, que o mortifica e no qual se aliena, mas através do qual são também gestadas as condições de sua efetiva libertação (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 69).

intervenção dos assistentes sociais historicamente. Ou seja, demonstram a necessidade de encontrar, na organização da sociedade capitalista, a justificativa do seu processo de emergência na vida social.

Dessa forma, se falou anteriormente que a história da sociedade é a história da luta de classes, conforme apresenta os estudos marxianos, e esse é um ponto fundamental para estabelecer alguns critérios de interpretação acerca de como a organização das relações sociais, através dos antagonismos de classe, serão essenciais para desvelar que as desigualdades sociais, como um produto resultante da racionalidade capitalista, vai demandar intervenções específicas para o seu manejo e, pelo menos, uma superficial “contenção” dessas mazelas.

O primeiro pressuposto de toda a existência humana, e portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer histórica”. Mas da vida fazem parte sobretudo comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. O primeiro ato histórico, portanto, a produção dos meios que para satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 2009, p. 40).

Para Marx, portanto, a produção da história se organiza sobre um fator fundamental da vida social, que é representada no trabalho desenvolvido pelas organizações societárias para garantir a sua subsistência, pois como uma atividade vital e inerente à criação e produção de bens, permite ao homem reproduzir a sua existência. Assim, o trabalho se realiza na reprodução da própria vida material e nas condições que não dependem exclusivamente do homem e de suas necessidades, mas de todo um contexto estruturado a partir dos meios de produção e do confronto entre a organização das relações sociais (MARX; ENGELS, 2009).

Nesse sentido, Guerra (2011) aponta que o trabalho, enquanto um componente da atividade prático-social, se dinamiza em um movimento que pode ser caracterizado no momento em que o homem transforma a natureza e, nesse processo, transforma-se a si mesmo, consubstanciando as determinações intrínsecas à sua reprodução: o pensamento e a linguagem. Para a autora, “[...] o trabalho é para o homem a condição natural da sua existência, a sua condição de homem” (GUERRA, 2011, p. 102).

No entanto, com a lógica imposta pela sociabilidade capitalista, o que houve foi a alienação do trabalho que agora se desenvolve em uma perspectiva de produção

de valores de uso e de troca, como uma imposição ao homem para sobreviver e garantir a manutenção dos meios de produção como mercadorias dotadas de valor. Com essa condição, o trabalho é tido como “estranhado”, porque se afasta de seu caráter ontológico, pois o homem já não se reconhece enquanto produto do trabalho e institui a reprodução de sua vida na propriedade privada da materialização da transformação da natureza como resultado de uma lógica de produção e ampliação do capital (MARX; ENGELS, 2009). Em vista disso:

O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa dissociação, mas reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste em apenas no processo que retira o trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos (MARX, 1984, p. 830).

Para Marx (1984), o capitalismo se estrutura com base na alienação do trabalho, pois desvincula o caráter ontológico do trabalho para o homem ao revelar uma necessidade que representa seus próprios interesses em apropriar-se de um produto resultado da força exercida pelo trabalhador. Assim, os grandes burgueses, que são apresentados historicamente, enquanto uma perspectiva de classe, como os grandes possuidores dos privilégios das classes hegemônicas, se beneficiam da força produtiva proletária que, alienada, constituirá a base para a reprodução da acumulação capitalista.

É com base nessa ótica que o modo de produção especificamente capitalista se expande nas relações de produção e, especificamente, na composição orgânica das relações sociais, garantindo a sua hegemonia no processo de acumulação e apropriação privada dos meios de produção resultantes, majoritariamente, do trabalho alienado exercido pelo proletariado. Esse processo terá como resultado, o aprofundamento das desigualdades sob uma produção desenfreada de lucro e apropriação da força de trabalho (MARX, 1984).

É diante desse contexto de desigualdades sociais que participam do processo das forças produtivas capitalistas, que o Serviço Social emerge como possibilidade de controle dessas expressões da questão social no cenário brasileiro, que tem diversos impactos à classe trabalhadora e, inicialmente, buscou-se controlar, via Estado e outras instituições de grande prestígio social e político, qualquer tipo de organização

dos trabalhadores para reivindicar sobre seus direitos. Essas particularidades políticas, econômicas e sociais foram apresentadas a seguir, demonstrando que o capitalismo, como um sistema de metamorfoses, se reinventa e, conseqüentemente, recria novas formas de exploração da força de trabalho.

### **3.1 A gênese do Serviço Social: a influência do cenário político, econômico e social para a institucionalização da profissão**

A gênese do Serviço Social no Brasil está intrinsecamente vinculada às condições históricas, sócio-políticas e econômicas das configurações estruturais da sociedade brasileira. Não dá, portanto, para analisar o processo de institucionalização da profissão no país sem resgatar a historicidade que envolve esse contexto.

Nesse sentido, antes de adentrar aos aspectos mais históricos dessa gênese, é necessário entender que a institucionalização do Serviço Social vincula-se, concretamente, ao seu objeto de trabalho – a questão social – e suas manifestações a partir da industrialização do país. Assim, como uma profissão que tem no seu interior os desdobramentos políticos dessas expressões da questão social, mantém-se enquanto uma mediação entre as contradições impostas pela relação capital e trabalho na sociedade capitalista. Essa compreensão, está interligada à lei geral do desenvolvimento capitalista<sup>7</sup>, onde as desigualdades resultantes do produto da apropriação, ganham notoriedade sobre as relações sociais (IAMAMOTO, 2014).

Com a lei geral do desenvolvimento capitalista, como mencionado, as desigualdades tornam-se evidentes em qualquer estágio do modo de produção. No entanto, existem certos momentos da história, que o capitalismo ampliou profundamente a exploração dos trabalhadores, o que ocasionou inúmeras problemáticas sociais e, conseqüentemente, formas de resistência a isso começaram a se organizar (IAMAMOTO, 2014).

A expansão do capital industrial concomitantemente ao estágio monopolista do modo de produção capitalista, possibilitou que as forças produtivas ampliassem a sua produção na lógica de organização baseada no processo de exploração e como de

---

<sup>7</sup> A Lei Geral da Acumulação supõe a acumulação da riqueza, monopolizada por uma parte da sociedade - a classe capitalista - inseparável da acumulação da miséria e da pauperização daqueles que produzem a riqueza como uma riqueza alheia, como poder que os domina, enfim, como capital (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 66).

praxe, de alienação do homem em relação à sua força de trabalho. Na Europa, o cenário onde se gesta as grandes transformações capitalistas, dão ênfase a um aspecto central para as posteriores formas de intervenção do capitalismo nas relações sociais: o surgimento de novas formas da chamada questão social.

É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada 'questão social', [...] que representa senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado, através de legislação social e trabalhista, mas gerindo a organização e prestação de serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 77).

Com esse aprofundamento das expressões da questão social, já no capitalismo monopolista, a classe trabalhadora começou a questionar os profundos impactos daquele novo estágio para o capital. Tinha-se, no entanto, que a ampliação do capital monopolista garantiria, em seus aspectos operacionais, uma correlação maior do Estado com a intervenção nessas desigualdades sociais. O que se tem, no entanto, é a ampliação das funções políticas do Estado, as quais “[...] imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas, majoritariamente” (NETTO, 2009, p. 24).

Nesse sentido, a tentativa de reestruturar o papel do Estado burguês, que não se interessa organicamente com as demandas apresentadas pela classe trabalhadora, mas pela garantia de suas taxas de superlucro, foi explicitada pela criação de mecanismos que pudessem assegurar os elevados níveis de consumo e a disposição dos trabalhadores em vender, um percentual mínimo, da sua força de trabalho. Assim, garantindo a exploração dos trabalhadores, o Estado criaria instrumentos assistenciais para sua legitimação sócio-política, através da ideia de uma garantia de direitos civis e sociais (NETTO, 2009).

Assim, ao mesmo tempo em que o Estado burguês na era dos monopólios, vai priorizar a garantia da acumulação capitalista, ele vai gerar um certo padrão em atender determinadas demandas da classe trabalhadora com uma perspectiva de “[...] consenso, o qual permita assegurar o seu desempenho e a sua legitimação política”

(NETTO, 2009, p. 27). Esse interesse em atender as demandas da população trabalhadora tem como objetivo central os superlucros dos monopólios, que enviesados em respostas positivas aos trabalhadores, podem representar a maximização dos lucros dos capitalistas (NETTO, 2009).

Envolvidas à lógica de políticas sociais como respostas às expressões da questão social, o Estado utiliza-se desses instrumentos de “mediação” para integrar aos conflitos econômico-sociais provenientes do capitalismo, uma noção de consensualidade e garantia de direitos sociais aos trabalhadores, visto as intensas negações desses aspectos por toda a história da sociedade. Nesse sentido, as políticas sociais surgem como garantias, geridas pelo Estado burguês, para atender um ajustamento da ordem, apresentando-se no atendimento às expressões da questão social.

[...] assim que, na configuração da idade do monopólio, põe-se a resolução da ‘questão social’ como variável das lutas direcionadas à ultrapassagem da sociedade burguesa. Mas não se trata, somente, da politização da ‘questão social’, num andamento antípoda a qualquer visão conservadora ou reacionária: trata-se de visualizar a sua solução como processo revolucionário. Isto é: a ‘questão social’ é colocada, porém, como objeto de intervenção revolucionária por agentes que se auto-organizam preocupados com a consciência dos fins e a ciência dos meios. Temos, pois, um inteiro redimensionamento histórico-social da própria ‘questão social’ na emersão do ordenamento monopólico (NETTO, 2009a, p. 59).

É a partir dessa contradição presente no capitalismo monopolista, que o Estado burguês entende o potencial político organizativo da classe trabalhadora e, ainda que atendendo a determinadas demandas dessa classe, percebe a acirrada relação entre capital e trabalho, o que fez com que buscassem novas estratégias para garantir o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

No contexto brasileiro, o capitalismo monopolista entra em cena a partir do século XX, sob profundas crises econômicas. Dentre essas crises, a principal foi a quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929, que representou uma grande depressão em escala mundial e impactou a conjuntura política e socioeconômica de todo o globo.

É sobre os reflexos desse contexto, a partir da década de 1930, que emerge o Serviço Social no Brasil, enquanto uma profissão que vai corroborar junto ao Estado burguês e Igreja Católica, que buscava também garantir a reprodução dos valores cristãos na sociedade, para a mediação dos antagonismos entre as classes. Em

síntese, o processo de profissionalização do Serviço Social não representa apenas a evolução das ações filantrópicas da Igreja Católica, mas também o conjunto de articulação dessas ações diante da ordem do capitalismo monopolista. Assim,

[...] a apreensão da particularidade da gênese histórico-social da profissão nem de longe se esgota na referência à “questão social” tomada abstratamente; está hipotecada ao concreto tratamento desta num momento muito específico do processo da sociedade burguesa constituída, aquele do trânsito à idade do monopólio, isto é, as conexões genéticas do Serviço Social não se entretecem com a “questão social”, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica (NETTO, 2009a, p. 20).

Desta maneira, o Serviço Social em seu processo de institucionalização não é mera reprodução da agudização das expressões da questão social, mas das contradições que na sociedade de classes emerge a dicotomia entre os interesses da classe dominante e as demandas da classe trabalhadora. Esse contexto, duramente influenciado pela expansão do Serviço Social europeu, cria núcleos especializados para ampliar a formação profissional de assistentes sociais de forma técnica, moral e doutrinária nos países subdesenvolvidos (NETTO, 2009).

Nesse contexto, especificamente em 1925, surge a União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS), instituição na qual tinha-se como principal estratégia o papel da coordenação sobre a formação de assistentes sociais pautada no assistencialismo católico e na doutrina social da Igreja. Um importante instrumento para essa formação foram as encíclicas papais, que são: a *Rerum Novarum*, de autoria do Papa Leão XIII e a *Quadragesimo Anno*, de autoria do Pio XI<sup>8</sup>.

Na América Latina, a UCISS começou a desenvolver seus trabalhos de implantação das escolas a partir de 1925, com a fundação da escola de Serviço Social implantada pelo médico Alejandro Del Río, o que representou uma atuação do assistente social voltada a um caráter mais ligado a uma sub-profissão da medicina, como uma espécie de assistente do médico. Em 1929 é fundada a escola Elvira Matte

---

<sup>8</sup> A estrutura da *Rerum Novarum* se apresenta em duas partes: primeira, a solução à proposta dada pelo socialismo e, em segundo, a solução proposta pela Igreja. Seu conteúdo contém as seguintes relações: Questão Social e Socialismo; Questão Social e Igreja; Questão Social e o Estado; Questão Social e a ação conjunta de patrões e empregados. Em síntese, o documento serviu como articulador de classes, afirmando a condição de exploração da classe operária e forçando a reflexão dos capitalistas e do Estado sobre suas ações. A encíclica *Quadragesimo Anno* serviu como resposta ao paganismo e à secularização. Por um lado, a recusa à transição socialista e a revolução comunista, por outro, uma pregação sustentada na caridade dos ricos para com os pobres, deixando a propriedade privada intacta (SILVA, 2013, p. 54).

de Cruchaga, que diferentemente da primeira escola, tinha sua atuação vinculada estreitamente com a Igreja Católica (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

No Brasil, a configuração da economia brasileira, dentro do capitalismo monopolista, passa a ser questionada pelo próprio modo de produção que se assumia. Tratava-se de um contexto em que necessitava-se migrar de um modelo eminentemente agroexportador para a modernização do país, através da adesão do processo de industrialização na estrutura da sociedade brasileira. Com esse processo, as manifestações da questão social trazem à tona a necessidade do Estado em atender determinadas demandas da classe operária, e assim, surgem as protoformas do Serviço Social com base nas ações do pós Primeira Guerra Mundial (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 165).

Surgem, então, instituições com o intuito de disseminar o pensamento da Igreja Católica e atenuar as refrações da questão social na sociedade brasileira. Como exemplo disso, no Rio de Janeiro e em São Paulo, nascem essas instituições, ligadas à Igreja, a fim de desenvolver ações de caridade. Em 1920, surge a Associação das Senhoras Brasileiras no Rio de Janeiro e em 1923, é criada em São Paulo a Liga das Senhoras Católicas. No geral, as ações foram desenvolvidas com aquele mesmo caráter presente no contexto europeu, conduzido pela caridade e pela benemerência (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 167).

Nessa mesma lógica, já na década de 1930, é criado, junto à Ação Católica e à Juventude Operária Católica, o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), que foi uma instituição protagonista no surgimento do Serviço Social no Brasil. Com as mobilizações internacionais da Ação Católica, inclusive no que se refere à expansão das escolas de Serviço Social na América Latina, surge, enfim, em 1936, a primeira escola de Serviço Social no Brasil, no estado de São Paulo<sup>9</sup> (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Essa primeira escola, além do caráter de pressão do movimento católico em especializar a formação de assistentes sociais no Brasil, é também resultado da dinâmica social, porque:

[...] a demanda por essa formação técnica especializada crescentemente terá no Estado seu setor mais dinâmico, ao mesmo tempo em que passará a regulamentá-la e incentivá-la, institucionalizando sua progressiva

---

<sup>9</sup> Posteriormente, já no ano de 1939, a Escola de Serviço Social passará por rápidos processos de adequação. O primeiro se dá a partir do convênio firmado entre o CEAS e o Departamento de Serviço Social do Estado, para organização dos Centros Familiares. Essa demanda terá por reflexo a introdução no currículo da Escola de um Curso Intensivo de Formação Familiar: pedagogia do ensino popular e trabalhos domésticos. O segundo se dará, logo em seguida, para atender à demanda das prefeituras do interior de São Paulo (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 177)>

transformação em profissão legitimada dentro da divisão social-técnica do trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 176).

Assim, a medida em que o Serviço Social vai se desenvolvendo no Brasil e, conseqüentemente, vai sistematizando a prática dos profissionais no seio da Igreja Católica, algumas preocupações acerca da superação da perspectiva da caridade passam a se manifestar a partir da expansão dos estudos sociológicos que vão adensando à categoria a necessidade de se promover aprimorações no exercício profissional dos assistentes sociais. Dentro dessa conjuntura, alguns eventos importantes foram sendo idealizados para expor as primeiras tentativas de formulações da prática e do ensino do Serviço Social em uma perspectiva mais tecnicada. Foi diante disso que o Serviço Social se aproximou da teoria positivista, ainda na década de 1940.

O largo espectro de posturas positivistas e neopositivistas, fundamentadas na recepção da objetividade imediata dos processos e fenômenos sociais como sendo a sua realidade estrutural (mesmo quando) veladas por sofisticadas formalistas (metodologias e epistemologias), não rompem com a facticidade empírica em que se dá a imediaticidade da vida cotidiana. O pensamento positivista consagra a sua imediaticidade como instância de verificabilidade e controle de formulações abstratas, identificando na objetividade dada imediatamente a concreção da realidade (NETTO; CARVALHO, 1996, p. 72).

Nesse sentido, ao vincular-se à teoria positivista, não se desaproximando completamente da doutrina social da Igreja Católica, o Serviço Social concretiza não somente o efetivo tratamento às demandas da classe trabalhadora com base na imediaticidade e moralidade, mas também “[...] obstaculizaram a devida apreensão crítica da chamada “questão social” (NETTO; CARVALHO, 1996, p. 73). Essa devida apreensão, no entanto, só se concretizará, dentro do movimento da realidade, a partir de novas perspectivas da renovação do Serviço Social, que foram aprofundadas posteriormente.

Em síntese, diante de todo o panorama apresentado, é possível identificar que o surgimento do Serviço Social esteve vinculado às transformações sócio-históricas, políticas e econômicas que a sociedade brasileira atravessou com o aprofundamento das expressões da questão social e da dinâmica de acumulação inaugurada pelo capitalismo dos monopólios. Nesse processo, a profissão interagiu com as diversas frações de classe, num processo de mediação dos antagonismos e das contradições

inerentes ao conjunto de estratégias que operam o sistema capitalista no controle das classes subalternas.

Na discussão a seguir, o recorte temporal da pesquisa bibliográfica se direcionou à compreensão dos elementos de renovação do Serviço Social no Brasil e no contexto latino-americano, isso porque “a trajetória do Serviço Social no Brasil conduz a afirmar que, vem sendo, historicamente, o reforço dos mecanismos do poder econômico, político e ideológico, no sentido de subordinar as contradições de classe” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 89).

Nesse sentido, na década de 1960, inicia-se um período denominado Movimento de Reconceituação do Serviço Social, que representou um movimento para questionar as bases apresentadas anteriormente em que o profissional reproduzia, na sua prática, o conservadorismo enraizado na doutrina social da Igreja Católica. Esse movimento, além de outros aspectos da contemporaneidade do trabalho do assistente social, será discutido posteriormente.

### **3.2 O Serviço Social na contemporaneidade**

Neste debate, foram pautados alguns aspectos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social, pois entende-se que este movimento é uma importante expressão das condições do exercício profissional que se refletem na contemporaneidade. Desse contexto é que se pode refletir sobre a dimensão ético-política da profissão e os seus desdobramentos para a atuação do assistente social em diversos espaços que demandam a sua intervenção no cenário atual.

Assim, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social iniciou-se no Brasil na mesma década em que se instaurou no cenário brasileiro a Ditadura Militar<sup>10</sup>. Antes de trazer o debate para o Brasil, é importante mencionar que esse movimento não se restringiu ao solo brasileiro, mas a nível de América Latina, em que vários países do continente foram impactados por essa organização diante de questionamentos sobre

---

<sup>10</sup> A ditadura brasileira ficou marcada como um período extremamente repressor. Todos aqueles que se opuseram ao governo foram perseguidos e sofreram violências exercidas pelos agentes públicos do Estado. Nesse período, muitos assistentes sociais também foram perseguidos na chamada caça aos “subversivos”, o que fez com que muitos profissionais se exilaram. Os que não conseguiram, quando presos foram torturados, se tornaram vítimas da violenta repressão do regime. Assim, neste contexto da autocracia burguesa, o Serviço Social vem responder às novas demandas que se expressam nesse cenário. Desta forma, a profissão se apresentava como reprodutora das formas tradicionais do início da profissão, com uma prática paliativa, caritativa, assistencialista, o que era reforçado pela autocracia burguesa (NETTO, 2007).

a necessidade de repensar e dinamizar o Serviço Social desvinculado de sua estrutura até então tradicional e conservadora.

Com o golpe de 1964, no Brasil, e depois, com os demais golpes militares que ocorreram pelo Cone Sul no contexto geopolítico da Guerra Fria, os movimentos de resistência à repressão nos diversos países foram se conectando e, neste âmbito, aconteceu uma articulação entre os profissionais de Serviço Social na América Latina, dando origem ao processo ou movimento de “reconceituação”. [...] o Movimento expressou a crítica ao Serviço Social tradicional, trazendo questionamentos sobre o papel da profissão frente às expressões da questão social. Compunham este movimento dois grandes segmentos: um que apostava na modernização do Serviço Social a fim de torná-lo compatível às demandas macrosociedades; e outro que defendia a total ruptura com o passado da profissão e a vinculação aos projetos de superação das estruturas sociais de exploração e dominação vigentes na América Latina (NETTO, 2009, p. 75).

Diante desses segmentos, emergem as perspectivas do Movimento de Reconceituação do Serviço Social, pautadas nos direcionamentos orientados pelo conjunto de articulação dos profissionais que, de um lado, estavam representados por assistentes sociais que defendiam a reprodução, ainda que com necessidade de reconfiguração, da prática profissional tradicional; e de outro, profissionais com uma perspectiva alinhada à criticidade do tradicionalismo profissional, visando construir novas bases para a atuação do assistente social com base em uma teoria social crítica sobre as relações estabelecidas diante da dinâmica capitalista.

A primeira perspectiva a ser apresentada por Netto (2009), ainda que não exista uma ordem cronológica para as vertentes do movimento, foi a perspectiva modernizadora. Tal vertente, é caracterizada pelo autor como um esforço de adaptar a prática profissional do assistente social às exigências colocadas pelas condições de desenvolvimento da cientificidade, sem necessariamente questionar a ordem societária vigente, ou seja, sem traçar elementos de crítica ao modus operandi do capitalismo. Essa perspectiva tem como marco de formulação de suas diretrizes o Documento de Araxá, construído em 1967, durante a realização do Seminário de Teorização do Serviço Social, em Araxá, MG.

A perspectiva modernizadora é a primeira expressão do processo de renovação do Serviço Social no Brasil, emergente desde 1965, no encontro de Porto Alegre. Sua formulação só se consolidou no Seminário de Teorização do Serviço Social, e se desdobra no segundo evento dessa série em 1970 em Teresópolis. Em síntese, a perspectiva modernizadora traz a proposta de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a serem operacionalizadas no marco

de estratégias de desenvolvimento do capitalismo monopolista, as exigências postas pelos processos sociopolíticos emergentes no pós-64 (NETTO, 2009, p. 78).

Além disso, essa é uma perspectiva que tem como apoio teórico, de acordo com Netto (2007), as fontes positivistas, que naturalizam as relações sociais e, conseqüentemente, as suas expressões e contradições no sistema capitalista. Nesse sentido, a vertente modernizadora representa uma tentativa de modernizar a linhagem positivista que vinha se introduzindo na profissão desde a década de 1940, mas com adequações junto à realidade brasileira, mantendo as bases conservadoras presentes desde o surgimento da profissão.

A outra perspectiva apresentada por Netto (2009), é a reatualização do conservadorismo. Essa perspectiva, que tem como tendência teórica a inspiração à fenomenologia, centra a sua intervenção numa herança ao conservadorismo profissional, firmando-se em uma abordagem claramente psicossocial às expressões da questão social. Além disso, há uma crítica construída sobre o positivismo, teoria que fundamenta a perspectiva modernizadora.

Essa crítica é operada sob influxos que se reclamam vinculados à fenomenologia, reivindicando às vezes formulada por seus adeptos em termos de declarações de princípio muito próximas do dogmatismo. Tal crítica incide sobre dois componentes nucleares do legado positivista, incorporados à tradição do Serviço Social: a interpretação causalista (e fatorial) da socialidade e a assepsia ideológica do conhecimento (NETTO, 2009, p. 204).

Nesse sentido, a reatualização do conservadorismo representa, além da ajuda psicossocial centrada no indivíduo e na sua culpabilização, a crítica ao positivismo e aos incipientes debates da teoria marxista na profissão, que será apresentada a seguir através da última perspectiva a intenção de ruptura. Em resumo, essa perspectiva resgata o “[...] traço microscópico da profissão, pois trata-se de uma ‘cientificidade’ evanescente, onde, em nome da ‘compreensão’, dissolvem-se quaisquer possibilidades de uma análise rigorosa e crítica da realidade” (NETTO, 2009, p. 158).

A última perspectiva apresentada por Netto (2009) é a intenção de ruptura, um contraponto direto a todas as vertentes já explicitadas, uma vez que propõe uma ruptura total, como o próprio nome induz, com o Serviço Social tradicional. Para essa perspectiva, o Serviço Social deve ser entendido a partir da realidade apreendida através de suas contradições, as quais estão ligadas diretamente com o acirramento

da questão social e a complexidade do modo de produção capitalista. Ou seja, é uma vertente que busca situar a profissão na reprodução das respostas às “[...] necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora, em face das suas condições de vida, dadas historicamente” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 94).

Essa perspectiva emerge no Movimento de Reconceituação do Serviço Social a partir da década de 1970. Nesse mesmo momento, os países de capitalismo central vivenciam a crise do padrão de acumulação fordista, o que impactou diretamente as condições de vida da classe trabalhadora. Nas tentativas de redefinir os rumos do processo de acumulação e destruir qualquer forma de mobilização do proletariado, instaurou-se um sistema produtivo novo, capaz de aprimorar e manter os lucros do capital (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 95).

Esse cenário não apresenta uma nova questão social, uma vez que o modo de produção da sociedade ainda permanece na tensa relação entre capital e trabalho, entretanto, as refrações que se reconfiguram e atingem diretamente a população brasileira. Dimensioná-la no determinado estágio em que o capitalismo se encontra, possibilita apreender as profundas diferenças na imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações que o impulsionam. Fratura esta que vem se traduzindo na banalização da vida (IAMAMOTO, 2008, p. 144).

É diante dessa apropriação sobre a banalização da vida, condicionada ao fortalecimento dos movimentos sociais pelo processo de redemocratização do Brasil, bem como da influência acadêmica exercida pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, que a aproximação do Serviço Social à intenção de ruptura se efetuiu (NETTO, 2007). Assim,

É somente quando a crise da autocracia burguesa se evidencia, com a reinserção da classe operária na cena política brasileira desatando uma nova dinâmica na resistência democrática, que a perspectiva da intenção de ruptura pode transcender a fronteira das discussões em pequenos círculos acadêmicos e polarizar atenções de segmentos profissionais ponderáveis (NETTO, 2009, p. 248).

Dessa forma, é sob esse contexto que a ruptura com o Serviço Social tradicional entra em cena na profissão como um novo marco teórico-metodológico, que foi amplamente discutido no III Congresso Brasileiro dos Assistentes Sociais (CBAS), em 1979, popularmente conhecido como “Congresso da Virada”, que representou um momento da inserção da intenção de ruptura enquanto uma

perspectiva a ser íntegra no Movimento de Reconciliação do Serviço Social no Brasil (MOTA, 2010).

Além do III CBAS, outro marco para a perspectiva intenção de ruptura foi a formulação do documento Método de Belo Horizonte (Método BH)<sup>11</sup>, que referenciou teoricamente as proposições e exigências teóricas, éticas e técnicas da vertente, além de dar ênfase à recusa de uma naturalidade sobre as relações sociais, tendo como principal elemento a crítica ao Serviço Social tradicional e o vínculo com a tradição marxista. Para Mota (2010, p. 172).

Sintonizado com os processos que erodiram a base de sustentação da ditadura, a partir de meados da década de 70, o Serviço Social brasileiro realiza, nos anos imediatamente seguintes, um grande giro nos conteúdos e objetivos da profissão – politicamente, ao identificar nas demandas populares as novas bases da sua legitimação; teoricamente, ao rechaçar os fundamentos da Sociologia funcionalista, de cariz positivista, e abraçar (ainda que de modo extremamente problemático, como o demonstram Netto 1989, e Quiroga, 1991) o referencial marxista. A partir daí, os termos do debate profissional se ampliam, retomando conceitos já conhecidos e incorporando novos - dentre eles, questão social e, mais tarde, trabalho.

Deste modo, a aproximação que a perspectiva de intenção de ruptura possibilitou ao Serviço Social com a teoria social de Marx, redefiniu algumas compreensões sobre o significado social da profissão, o que gerou inúmeras reflexões sobre a essência do trabalho e da intervenção profissional dos assistentes sociais nas relações de sociedade estabelecidas dentro do capitalismo. A partir disso, o percurso do Movimento de Reconciliação do Serviço Social demonstrou que a profissão encontrou, na perspectiva intenção de ruptura, a real vinculação com uma categoria organizada diante de um projeto coletivo, que se tornou hegemônico no Serviço Social.

Nesse contexto, ligado à construção de um projeto profissional coletivo<sup>12</sup>, surgiram as discussões sobre o compromisso do Serviço Social com um

---

<sup>11</sup> O método BH, que se destaca nesse processo, apresentava o direcionamento das ações na definição por uma opção política que, atrelada ao seu papel social, apresenta ao Serviço Social o compromisso da transformação social e a contribuição e fortalecimento com os sujeitos coletivos, com os projetos sociais, que assumem tal horizonte. É daí que surge a aproximação com a teoria social de Marx, como possibilidade de qualificação teórico-metodológica para a categoria, uma vez que essa teoria, como já apresentada, desmistifica a trama de produção e reprodução do capital e qualifica a intervenção profissional, etc (NETTO, 1989, p. 99).

<sup>12</sup> Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras

direcionamento ético-político em defesa das classes subalternas. Esse projeto, que reflete as primeiras investidas da teoria social crítica na profissão, evidenciam a necessidade de debater a condição do assistente social enquanto um profissional trabalhador assalariado<sup>13</sup>, e, dessa forma, com uma opção política que deve ser alinhada em defesa de sua própria classe.

Esse projeto, conhecido como Projeto Ético Político Profissional (PEP), tem como manifestação material de seus princípios o Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993, a Lei nº 8.662/1993 de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), do ano de 1996. Além desses aspectos materiais, para Netto (1999), esse projeto representa também a construção do amadurecimento do Serviço Social no Brasil, comprometendo-se com a crítica à ordem societária vigente e a necessidade de construir uma nova ordem societária. Assim,

Esquemáticamente, este projeto ético-político tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central, vinculando-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero (NETTO, 1999, p. 105).

Com esse novo direcionamento ao fazer profissional do assistente social na contemporaneidade, o referencial marxista, junto a construção de um Serviço Social – e aqui cabe incluir legislações, aproximação com as políticas públicas, defesa intransigente dos direitos humanos, dentre outros – ligado ao movimento real das contradições impostas pelo capitalismo em seu estágio neoliberal, cabe destacar os diversos desafios que se fazem presentes no trabalho do assistente social na contemporaneidade, porque:

O assistente social ao atuar na intermediação entre as demandas da população usuária e o acesso aos serviços sociais, coloca-se na linha intersecção das esferas pública e privada, como um dos agentes pelo qual o

---

profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também é destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 2007, p. 98).

<sup>13</sup> A conjunção entre projeto profissional e trabalho assalariado, como núcleo irradiador da argumentação, não é uma eleição aleatória. Ela permite atribuir visibilidade, do universo do Serviço Social brasileiro, à dupla determinação do trabalho do assistente social como trabalho útil e abstrato, dimensões indissociáveis para se pensar o trabalho na sociedade burguesa, cujo pressuposto é o reino mercantil, no qual se assenta a forma social da propriedade privada capitalista e a divisão do trabalho, que lhe é correspondente (IAMAMOTO, 2008, p. 415).

Estado intervém no espaço doméstico dos conflitos, presentes no cotidiano das relações sociais (IAMAMOTO, 2008, p. 427).

Nesse sentido, é um profissional que tem no seu cotidiano a necessidade de conhecer e interpretar as nuances do capitalismo contemporâneo, sobretudo pelas intensas transformações do sistema diante de reestruturações para garantir a acumulação e o domínio dos meios de produção. Ou seja, é um profissional que tem como um dos maiores desafios na atualidade:

Desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. O perfil predominante do assistente social, historicamente, é o de um profissional que implementa políticas sociais e atua na relação direta com a população usuária. Hoje, exige-se um trabalhador qualificado na esfera da execução, mas também na formulação e gestão de políticas sociais, públicas e empresariais: um profissional propositivo, com a sólida formação ética, capaz de contribuir ao esclarecimento dos direitos sociais e dos meios de exercê-los (IAMAMOTO, 2008, p. 113).

Assim, o trabalho do assistente social na contemporaneidade, exige do profissional um perfil alinhado ao reconhecimento das suas competências e atribuições, além da necessidade de construir possibilidades de intervenção em um processo pautado no caráter de emancipação dos sujeitos coletivos, inserindo as diversas expressões da questão social em que estão submetidos os trabalhadores à produção e reprodução das desigualdades próprias do sistema capitalista, além de destacar os inúmeros impactos à vida dos trabalhadores no cenário do neoliberalismo<sup>14</sup>.

Além dos impactos causados à classe trabalhadora, o neoliberalismo também impõe sérias preocupações no que diz respeito à efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Tal, pois, com o neoliberalismo, e a retirada do Estado com as responsabilidades acerca das políticas públicas e sociais, houve um desmantelamento das garantias sociais garantidas constitucionalmente. Assim sendo,

---

<sup>14</sup> O projeto neoliberal, que se inseriu na dinâmica brasileira a partir do agravamento da crise econômica desencadeada entre os anos de 1989/1990, devido ao esgotamento do modelo intervencionista estatal, foi responsável pela retirada do Estado em intervir sobre as expressões da questão social. Dentre as propostas, destacam-se: a desregulamentação da economia; a sumária retirada do Estado como agente produtivo, derivando daí propostas de privatização das empresas estatais e de “Estado mínimo” e a liberação do comércio exterior (BRAZ, 2004, p. 54).

a política neoliberal representa um grave retrocesso à materialização dos pressupostos ético-políticos do Serviço Social. No entanto,

É importante considerar que o aprofundamento e a manutenção do projeto ético-político do Serviço Social na contemporaneidade, em tempos de tantas adversidades, depende da vontade majoritária da categoria profissional e junto a ela, o revigoramento das lutas e movimentos democráticos e populares, garantindo os direitos a programas e políticas sociais estabelecidas pelas conquistas das classes trabalhadoras (PIANA, 2009, p. 103).

Portanto, o trabalho do assistente social na atualidade é dotado de significados sociais, na perspectiva em que pode possibilitar uma leitura crítica sobre os desdobramentos que as determinações da classe dominante causam nas condições de vida da classe trabalhadora. Apesar dos desafios, é necessário que o profissional estabeleça estratégias coletivas para a construção de possibilidades junto às pautas dos trabalhadores, estabelecendo um compromisso direto com a dimensão ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica.

## **4 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROTEÇÃO SOCIAL À MULHER: um olhar sobre a Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA)**

Neste capítulo, adentramos no objeto de estudo, o Núcleo de Atendimento Especializado à Mulher da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, com objetivo de compreender as particularidades da atuação do assistente social diante do apoio às mulheres vítimas de violência que chegam até a instituição para denunciar seus agressores.

Além disso, buscou-se analisar os processos de trabalho e intervenção do assistente social, dando destaque aos seus instrumentais técnico-operativos, aos seus desafios profissionais, às principais demandas apresentadas e dentre outros detalhes estruturados a partir da pesquisa de campo. Para isso, antes há uma seção de caracterização da DPE-MA e dos seus serviços prestados ao estado enquanto um órgão que se vincula ao processo de garantia de direitos aos cidadãos.

Após essa caracterização, o capítulo destinou-se às reflexões sobre os resultados obtidos com a pesquisa de campo e os principais aspectos que dizem respeito à atuação do assistente social em casos de violência doméstica contra a mulher denunciadas através da Defensoria Pública do Estado, que o Núcleo da Mulher fica localizado na Casa da Mulher Brasileira.

### **4.1 Caracterização da DPE-MA e os serviços prestados ao estado**

Ante ao processo de caracterização da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, é necessário compreender os aspectos de emergência da Defensoria como um todo, no nível estrutural das relações sociais estabelecidas na contemporaneidade. Contemporâneo pois, como uma instituição que surge apenas após a década de 1980, a Defensoria é um órgão um tanto quanto recente no cenário brasileiro.

Para que haja uma compreensão mais abrangente sobre seu surgimento, um resgate breve sobre o processo de redemocratização do Brasil se torna essencial ao debate. Ou seja, é somente a partir da reabertura democrática no país, que se começa a pensar em assistência judicial às pessoas vulnerabilizadas pelo Estado. Porque antes, por exemplo, não existia qualquer assistência (nem relacionada à saúde, que dirá jurídica), para pessoas em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica.

Deste modo, a Defensoria surge com um propósito muito vinculado ao próprio processo de redemocratização, tornando pautas como direitos sociais à pessoas em situação de pobreza, violação e que historicamente tiveram os seus direitos negados algo que merecia ter a atenção do Estado perante a formulação de estratégias que visassem a retomada dos processos democráticos com a participação popular na sociedade brasileira.

Assim, a Defensoria Pública surgiu no Brasil como uma instituição com caráter jurisdicional, promulgada através da Constituição Federal de 1988. Em seu art. 134, a Constituição de 1988 apresenta à sociedade brasileira a Defensoria Pública como “[...] uma instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV”. Nesse sentido, representou um grande avanço para a sociedade brasileira.

A Defensoria Pública do Estado do Maranhão, localizada na Av. Júnior Coimbra, s/n, Renascença II, no município de São Luís/MA, é uma instituição jurídica voltada para aqueles que não tem condições de contratar os serviços de um advogado particular sem prejudicar seu próprio sustento ou que não podem pagar pelas custas e as despesas processuais, que são gastos necessários para o andamento de uma ação na Justiça.

Prevista no artigo 134 da Constituição Federal de 1988, a Defensoria Pública é responsável pela promoção dos direitos humanos e pela assistência e orientação jurídica gratuita a todo o cidadão que está em alguma situação de vulnerabilidade. Sua atuação é perante a Justiça Estadual e do DF. De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu art. 134, a Defensoria Pública:

[...] é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma gratuita e integral, aos necessitados (BRASIL, 1988, s.p.).

A Defensoria Pública atua na área cível, criminal, família e até nos juizados especiais cíveis, criminais e da fazenda pública. Alguns casos que podem ser tratados na Defensoria Pública: defesa dos direitos das crianças e adolescentes, questões de moradia, questões referentes à documentação e registro civil, direito à saúde, direitos do consumidor, execução penal, promoção dos direitos humanos, defesa da mulher vítima de violência doméstica, tribunais do júri, audiências de custódia e ações de tutela coletiva, dentre outros.

No Maranhão, a Defensoria foi criada pela Lei Complementar nº 19, de 11 de janeiro de 1994. No entanto, a instituição só foi materializada no ano de 2001, com a realização do primeiro concurso para ingresso na carreira. Nesse sentido, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 45/04, as Defensorias Estaduais passam a gozar de autonomia funcional, administrativa e orçamentária. Dentre a missão, visão e valores, a Defensoria do Estado do Maranhão contempla garantir assistência jurídica, integral e gratuita, judicial e extrajudicial, a quem não pode contratar um advogado particular, prestando-lhe orientação e defesa em todos os graus e instâncias, de modo coletivo ou individual.

Dentro da DPE/MA, especificamente no que concerne à atuação do Serviço Social, há núcleos de atendimentos especializados para a prática profissional. Em síntese, há o Núcleo Psicossocial, o Centro Integrado de Apoio e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa (CIAPVI), o Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (CIAPD), Núcleos Especializados que compõem o sistema de atendimento da DPE/MA, a saber: Núcleo de Direitos Humanos; Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente; Núcleo de Moradia e Defesa Fundiária; Núcleo de Defesa do Consumidor; Núcleo da Família; Núcleo de Atendimento à Mulher e População LGBTQIA+, entre outros.

#### **4.2 Especificidades de atuação profissional dos assistentes sociais no segmento de mulheres**

A atuação profissional dos assistentes sociais no segmento das mulheres da Defensoria Pública do Estado do Maranhão está localizada no Núcleo de Defesa da Mulher e da População LGBTQIA+. Esse núcleo funciona atualmente na sede da Casa da Mulher Brasileira do município de São Luís e tem por atribuição garantir a proteção jurídica às mulheres vítimas de violência doméstica.

Na Casa da Mulher Brasileira, localizada em São Luís/MA, funciona o Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAMSV), que está vinculado à Secretaria Municipal de Segurança e Cidadania (SEMUSC), além de ter vários órgãos atuando em conjunto, a saber: Rede Amiga da Mulher, 2ª Vara Especial da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, a Patrulha Maria da Penha, o Ministério Público, o Núcleo da Defensoria Pública do Estado e a Delegacia Especial da Mulher. A instituição conta com uma equipe multidisciplinar composta por

profissionais como: assessores jurídicos, psicólogos, pedagogas e assistentes sociais.

De acordo com a rede de proteção da mulher, a proposta de atendimento da Casa da Mulher Brasileira é integral e propõe alternativas para não revitimizar e culpabilizar as mulheres que procuram ou são levadas à instituição na chamada "rota crítica". Além disso, a instituição tem como principais objetivos:

Oferecer às mulheres em situação de violência acolhimento em serviços de referência e atendimento humanizado;

Disponibilizar espaço de escuta qualificada e privacidade durante o atendimento, para propiciar ambiente de confiança e respeito às mulheres; Incentivar a formação e a capacitação de profissionais para o enfrentamento à violência contra as mulheres;

Oferecer informação prévia às mulheres quanto aos diferentes e possíveis atendimentos, assegurando sua compreensão sobre o que será realizado em cada etapa, respeitando sua decisão sobre a realização de qualquer procedimento;

Garantir acesso à justiça às mulheres em situação de violência;

Garantir a inserção das mulheres em situação de violência nos programas sociais nas três esferas de governo, de forma a fomentar sua independência e garantir sua autonomia econômica e financeiro e o acesso a seus direitos;

Oferecer condições de empoderamento da mulher, por meio da educação em autonomia econômica;

Oferecer abrigo temporário para mulheres em situação de violência doméstica sob risco de morte, com possibilidade de encaminhamento à rede de serviços externos;

Combater as distintas formas de apropriação e exploração mercantil do corpo e da vida das mulheres, como a exploração sexual e o tráfico de mulheres;

Disponibilizar transporte às mulheres até os serviços de referência que integram a rede de atendimento, quando necessário (BRASIL, 2015, p. 16).

Ademais, na Casa da Mulher Brasileira atua uma equipe multiprofissional, em que assistentes sociais fazem parte também. Nesse sentido, adentrando ao universo da pesquisa, ou seja, da entrevista semiestruturada, a primeira pergunta está relacionada à dimensão técnico-operativa do trabalho do assistente social<sup>15</sup> na Casa

---

<sup>15</sup> Essa é uma discussão que incide no debate sobre a instrumentalidade do assistente social. Assim, é importante fazermos a locução com as relações entre os processos ocorrentes nas totalidades constitutivas tomadas na sua diversidade entre elas e a totalidade inclusiva que é a sociedade burguesa. Assim, a instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais (GUERRA, 2012, p. 02).

da Mulher Brasileira através de sua atuação no Núcleo da Defensoria Pública do Estado. Essa dimensão está ligada:

[...] aos princípios que contribuem para a concretização da profissão de Serviço Social e que formam a sua base. Tais dimensões estão ligadas no seio de um determinado projeto de profissão, preservando as suas especificidades numa relação de unidade na diversidade (SANTOS, 2013, p. 25).

À dimensão técnico-operativa, especificamente:

[...] corresponde à eficiência técnica para a atuação profissional, compreende o instrumental operativo em Serviço Social. Mas, se tais atributos estiverem desvinculados das dimensões teórico-metodológica e ético-política pode transformar em uma intervenção profissional tecnicista, ou seja, as competências teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permitem ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe e seu próprio processo de trabalho (ABESS, 1997, p. 67).

Deste modo, é nítido que a dimensão técnico-operativa tem de estar articulada com a dimensão teórico-metodológica e ético-política, as quais integralizadas e captadas no âmbito da realidade material e contraditória, deve possibilitar ao exercício profissional intervenções pautadas em uma apreensão crítica da realidade do assistente social e das demandas apresentadas à profissão. Assim, quanto aos instrumentais utilizados no seu dia a dia, a assistente social da DPE/MA, respondeu:

Os instrumentais são bem clássicos, nós temos vários que possibilitam a nós profissionais de Serviço Social uma apreensão crítica sobre a realidade, sobretudo no que diz respeito à questão da violência contra a mulher, né? Que já é uma problemática bastante complexa e deve ser encarada a partir dessa complexidade. Então são instrumentais que são utilizados em uma perspectiva de possibilitar à aquela mulher vítima de violência o reconhecimento de uma rede de apoio e não novas violências institucionais a serem encaradas (ASSISTENTE SOCIAL DO NÚCLEO DA MULHER E DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ DA DPE/MA, 2023).

Para a profissional assistente social do Núcleo da Mulher e da População LGBTQIA+ da DPE/MA, os instrumentais mais utilizados são:

- **Atendimento individualizado:** esse atendimento individualizado é realizado a partir de um ambiente que proporcione à mulher vítima de violência um espaço

mais reservado para que ela se sinta à vontade e acolhida para descrever toda a sua situação, dando ênfase ao caráter sigiloso do atendimento realizado;

- **Atendimento grupal:** geralmente realizados a partir de grupos reflexivos com mulheres vítimas de violência, possibilitando uma roda de diálogo compartilhada entre mulheres vítimas de violência e toda a equipe multiprofissional, incluindo assistentes sociais, psicólogos, dentre outros profissionais;
- **Estudo de caso:** através da equipe multidisciplinar, buscando articular possibilidades, mas também os entraves e as limitações de demandas apresentadas, visando garantir que a rede de apoio à mulher vítima de violência seja integral e ofereça o apoio e a proteção necessária e imediata à mulher;
- **Visita domiciliar:** para mulheres em situação de violência, buscando conhecer as particularidades da realidade social, das relações estabelecidas entre a comunidade, bem como a realidade do agressor, para que tenha-se uma visão menos superficial da dinâmica familiar daquela mulher vítima de violência;
- **Visita institucional:** consiste em conhecer e avaliar a qualidade dos serviços prestados dentro da rede de atendimento à mulher vítima de violência, buscando aprimorar e possibilitar à mulher um apoio mais efetivo e pautado no acolhimento;
- **Relatórios sociais:** oriundos de todo um estudo social realizado, geralmente para subsidiar decisões judiciais no âmbito da Defensoria. Em síntese, são instrumentos de sistematização da prática do assistente social, com relatos específicos sobre os procedimentos e as intervenções realizadas;
- **Planejamento, organização e execução de projetos:** no Núcleo da Mulher e da População LGBTQIA+, são realizados vários projetos para mulheres vítimas de violência. Dentre um desses projetos, em que atuam assistentes sociais, está o projeto “Eu e Ela: Repensando o Gênero”. Esse projeto, realizado em articulação com o Núcleo de Execução Penal da Defensoria Pública, consiste em conscientizar internos e internas do sistema prisional e seus familiares sobre a violência de gênero e doméstica, buscando cultivar uma cultura de respeito.

Além disso, para a assistente social, encerrando a discussão sobre os principais instrumentais utilizados em seu cotidiano de trabalho:

Quando são mulheres os atendimentos geralmente são realizados de forma grupal, porque nós trabalhamos com essas mulheres vítimas de violência a partir de grupos reflexivos. Porque esses grupos reflexivos podem nos possibilitar apreensões mais abrangentes acerca da concepção daquelas mulheres sobre a violência que sofreram, dando a possibilidade das envolvidas o reconhecimento de uma perspectiva crítica sobre a violência sofrida, bem como o acesso à uma rede de apoio não somente profissional, mas também grupal (ASSISTENTE SOCIAL DO NÚCLEO DA MULHER E DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ DA DPE/MA, 2023).

Depois de conhecer sobre a realidade de intervenção instrumental, a pesquisa se direcionou a compreender os principais desafios da assistente social frente ao trabalho desenvolvido com mulheres vítimas de violência na Casa da Mulher Brasileira. Para a profissional:

Hoje em dia nós já temos um espaço adequado para atendimento individualizado. Mas nós não tínhamos esse espaço para os atendimentos. O que se tornava complicado para realizar atendimentos individualizados, por exemplo. Isso dificultava, muitas vezes, uma escuta mais qualificada e que pudesse oportunizar aquele espaço mais reservado e restrito para as mulheres vítimas de violência em que eu ia atender e que desejavam ter esse espaço. Mas é algo que já foi resolvido, só estou dando ênfase para entender que o atendimento individualizado é essencial para uma escuta mais qualificada (ASSISTENTE SOCIAL DO NÚCLEO DA MULHER E DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ DA DPE/MA, 2023).

Essa ressalva sobre a importância do atendimento individualizado para as mulheres vítimas de violência torna explícita que as condições de trabalho do assistente social, em vários espaços sócio-ocupacionais, limitam as suas intervenções pela ausência, muitas vezes, dos próprios instrumentais para o fazer profissional. Deste modo, por se caracterizar como um acolhimento à vítima, o atendimento individualizado e sigiloso é de extrema importância para mulheres vítimas de violência.

Além disso, outro desafio que a profissional destaca é a questão de uma coordenação para duas pastas. A assistente social da DPE/MA que coordena o Núcleo da Mulher, ao mesmo tempo, está à frente do Núcleo da População LGBTQIA+, que de acordo com a profissional possui demandas completamente opostas. Enquanto um núcleo está destinado a atender mulheres vítimas de violência doméstica, o outro atende, majoritariamente, demandas de articulação para retificação de nome para pessoas trans, dentre outros (ASSISTENTE SOCIAL DO NÚCLEO DA MULHER E POPULAÇÃO LGBTQIA+ DA DPE, 2023).

Outrossim, outro destaque no que se refere a desafio profissional é o próprio vínculo empregatício. Na DPE/MA, as assistentes sociais coordenadoras de núcleos ocupam cargos de comissão, pois nunca foi realizado um concurso público para profissionais da área de Serviço Social na instituição. Além disso, não existe cargo de “assistente social”, até pela ausência do concurso público e, conseqüentemente, da necessidade de criar o cargo. As assistentes sociais que atuam na DPE/MA são intituladas como “assessoras técnicas”, “assessoras júnior”, dentre outros (ASSISTENTE SOCIAL DO NÚCLEO DA MULHER E POPULAÇÃO LGBTQIA+ DA DPE, 2023).

Indagada sobre a importância do trabalho do assistente social na Defensoria Pública do Estado do Maranhão, a assistente social ressaltou que o Serviço Social é fundamental para instituição, pois como a DPE/MA atende majoritariamente pessoas vulnerabilizadas e que buscam acesso a um direito que foi negado ou até mesmo que desconhecem a possibilidade, o que observa-se é que, de fato, a maioria dos assistidos da instituição estão em situação de extrema vulnerabilidade social e econômica (ASSISTENTE SOCIAL DO NÚCLEO DA MULHER E POPULAÇÃO LGBTQIA+ DA DPE, 2023).

Nesse sentido, para a profissional, a importância do trabalho desenvolvido está não somente na realização dos estudos, dos pareceres, e de todo um instrumental utilizado para subsidiar decisões judiciais, mas também na articulação com a rede de políticas públicas. Isso porque, várias vezes, assistidos que procuram a Defensoria estão necessitando acessar várias políticas públicas, seja um CRAS para ver a possibilidade de um benefício socioassistencial, seja um CREAS, quando há violação de direitos e necessite de um acompanhamento social por parte do território, dentre outras situações (ASSISTENTE SOCIAL DO NÚCLEO DA MULHER E POPULAÇÃO LGBTQIA+ DA DPE, 2023).

Portanto, para a profissional, o trabalho do assistente social na Defensoria está para além de um mero executor de estudos sociais para subsidiar decisões judiciais, pois está localizado nas possibilidades extrajudiciais existentes, bem como na articulação com as políticas públicas e sociais que venham a integrar as possibilidades de atendimento para aqueles indivíduos atendidos pela instituição, inclusive mulheres em situação de violência doméstica.

Compreendido os principais desafios do exercício profissional do assistente social na DPE/MA, buscou-se conhecer as principais demandas apresentadas para o

Serviço Social da instituição. Para a assistente social, a principal demanda hoje, no que diz respeito às mulheres em situação de violência é a questão da revogação da medida protetiva. A assistente social, nessas situações, é demandada a realizar uma escuta qualificada com a mulher, oferecendo as orientações necessárias sobre o reconhecimento daquela violência e sua legitimação, numa perspectiva de assegurar à mulher o direito à informação.

Além dessa demanda, que é majoritária, também existem algumas relacionadas a articulações que a assistente social deve realizar com outros núcleos especializados da Defensoria, quando, por exemplo, é uma questão de guarda, ação de alimentos, e dentre outras demandas identificadas na escuta que a profissional vai articular e dar as orientações necessárias para núcleos como o Núcleo da Família e o Núcleo da Infância, além de outros.

Portanto, foi possível verificar que a atuação do assistente social no Núcleo da Mulher e da População LGBTQIA+ da DPE/MA, localizado na Casa da Mulher Brasileira de São Luís, é fundamental para garantir a integralidade no atendimento em rede realizado para as mulheres vítimas de violência da região metropolitana de São Luís. Através de seus instrumentais e intervenções, a ênfase do exercício profissional, como identificado, está pautado na concepção de acolhimento à mulher vítima de violência, em uma perspectiva ampla de atendimento e encaminhamentos necessários para efetivar o apoio à vítima.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso objetivou identificar os principais aspectos do trabalho desenvolvido pelo assistente social diante das situações de violência doméstica contra a mulher apresentadas para a Defensoria Pública do Estado do Maranhão, tendo em vista a atuação de um núcleo de atendimento direcionado à mulher, que é o Núcleo de Defesa da Mulher e da População LGBTQIA+.

Para atingir os objetivos propostos para o estudo, foi possível, inicialmente, discutir sobre a questão de gênero em uma perspectiva sobre a construção sócio-histórica do patriarcado nas relações sociais. Nesse sentido, verificou-se que o patriarcado, enquanto um sistema que penetra no ideário social, político, econômico e cultural das relações sociais no Brasil desde o processo de colonização, é um importante instrumento de produção e reprodução, inclusive na atualidade, da concepção de dominação masculina, o que ocasiona as inúmeras desigualdades de gênero presentes no cotidiano.

Esse resgate histórico é necessário para garantir que a pesquisa se comprometa com análises críticas sobre a desigualdade de gênero e, conseqüentemente, sobre as expressões de violência contra a mulher oriundas, sobretudo, desse contexto estrutural e enraizado na sociedade brasileira. Deste modo, foi essencial elencar as particularidades que o contexto da desigualdade de gênero promove no fortalecimento de que concepções de subordinação das mulheres estejam se reproduzindo e mantendo mulheres em situações de violência.

Posteriormente, o capítulo sobre o Serviço Social no Brasil busca aproximar a temática ao contexto do surgimento e da institucionalização da profissão na sociedade brasileira, tendo como legitimidade principal a sua dimensão tecnocrática, mas que com o passar do tempo e da dinâmica da sociedade capitalista, a profissão se reconfigura e adquire, ao passo, novas competências e atribuições. O destaque desta discussão se dá pela justificativa de que para se falar de Serviço Social em qualquer circunstância ou espaço de intervenção, é necessário fazer esse levantamento para compreender que a profissão está extremamente vinculada aos desdobramentos da ordem social, política e econômica da sociedade capitalista.

Por fim, a pesquisa de campo apresentou a sistematização da entrevista realizada com a assistente social atuante no Núcleo da Mulher e da População

LGBTQIA+ da Defensoria Pública, identificando os principais elementos de sua atuação neste núcleo. Verificou-se que os principais instrumentais utilizados são: atendimento individualizado; atendimento grupal; visitas domiciliares; visitas institucionais; estudos de casos; orientações para mulheres em situação de violência; encaminhamentos para as políticas públicas, dentre outros.

Outro elemento a se considerar sobre a atuação profissional são os desafios, que com base no elencado na pesquisa, os profissionais ainda possuem um vínculo empregatício fragilizado, pois nunca houve concurso público na instituição, nem possui o cargo de assistente social. Deste modo, faz com que profissionais não possuam certa estabilidade em ocupar os cargos e desenvolver seus trabalhos, visto que o vínculo estabelecido impõe certas problemáticas e limitações ao profissional assistente social.

Por isso, é essencial que se leve esses debates para os espaços da vida social, possibilitando o diálogo e a produção do conhecimento nessa temática e ampliando as propositivas para a organização e planejamento de estratégias de intervenção frente às expressões de violência contra a mulher, sobretudo pelos inúmeros impactos para a vida dessas mulheres conforme apresentado na presente pesquisa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. In: **Cadernos ABESS**. São Paulo: Cortez, 1997.

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Soc. Estado**. V 15, n. 2. Brasília, 2000.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BARBIERI, T. **Sobre a categoria gênero**: uma introdução teórico-metodológica. Recife: SOS Corpo, 1993.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc106.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc106.htm).

Acesso: 08 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Brasília, 2015. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm). Acesso em: 29 abr. 2023.

BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres**. Brasília, 2011.

CISNE, Mirla. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2015.

ENGELS, Friedrich. Da correspondência: fragmentos. In: NETTO, José Paulo (Org.). Engels – política. **Col. Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, 1981.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. 1ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO; Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Indicadores gerais sobre a população 2023**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/category/indicadores-ipea/>. Acesso: 26 abr. 2023.

MACKINNON, **Catharine A. *Toward a feminist theory of the state***. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 1ª ed. São Paulo: Travessa, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11ª ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Teoria, método e criatividade**. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOTA, Ana Elisabete. A centralidade da assistência social na Seguridade Social Brasileira nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elisabete (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Políticas e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P; CARVALHO, M. C. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Revista Temporalis**, nº 3, ano II, 1999.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de em Marx**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NICHOLSON, Linda. Feminismo e Marx: integrando o parentesco com o econômico. In: BENHABIB, Seyla; CORNEL, Drucilla. **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP. 2009.

PISCITELLI, Adriana. *On gringos and Natives, Gender and Sexuality in the context of International Sex Tourism*. **Virtual Brazilian Anthropology**, ano 1, p. 87-114, 2004.

RUBIN, Gayle. *Misguided, Dangerous, and Wrong: na analysis of anti-pornography policits*. In: ASSISTER, Alisson; AVEDON, Carol (Org.). **Bad Girls and Dirty Pictures: The Challenge to Reclaim** Feminis. Londres: Pluto, 1993.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, H. A questão da mulher na perspectiva socialista. In: **Lutas Sociais**, nº 27, 2ª sem. 2011.

SAFFIOTI, H. Feminismos e seus frutos no Brasil. In: SADER, Emir. **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, C. M. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 2ª ed. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1991.

TELES, M. A. **O que é a violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

## APÊNDICES

### Apêndice I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**PESQUISADOR(A):** Brenda Mendes Rocha

**ORIENTADOR(A):** Enaire de Maria Sousa da Silva

Dados da Pesquisa:

**TÍTULO: SERVIÇO SOCIAL E A DEFESA À MULHER:** abordagem sobre a Defensoria Pública do Estado do Maranhão

Nós, Brenda Mendes Rocha, pesquisadora responsável pela presente pesquisa e Enaire de Maria Sousa da Silva, orientadora da pesquisa, convidamos V. Sa. Para participar como voluntário(a) do estudo.

A presente pesquisa visa compreender as particularidades da atuação do assistente social na defesa de mulheres vítimas de violência a partir de sua intervenção no Núcleo da Mulher e da População LGBTQIA+ da Defensoria Pública do Estado do Maranhão. Para sua realização, utilizamos os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica (através de artigos, livros, documentos etc.) e a pesquisa de campo, que será realizada a partir de uma entrevista semiestruturada com V. Sa.

Sua participação nesse estudo é de extrema importância. Além disso, as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em possíveis publicações científicas, não havendo identificação dos(as) voluntários(as), a não ser entre os responsáveis pelo estudo, resguardando o sigilo e a ética que rege a comunidade científica.

#### AUTORIZAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, após a leitura deste documento, acredito estar informado(a) sobre os objetivos da pesquisa, dos procedimentos metodológicos aos quais serei submetido(a) e da garantia da confidencialidade e esclarecimentos. Além disso, ressalto que minha participação é voluntária e posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidade ou perda de qualquer benefício. Diante disso, expresso minha concordância de livre e espontânea vontade em participar deste estudo.

---

Assinatura do(a) voluntário(a)

---

Brenda Mendes Rocha  
Pesquisadora responsável pela obtenção do consentimento

### **DECLARAÇÃO**

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecimento deste(a) voluntário(a) para a participação neste estudo.

---

Brenda Mendes Rocha  
Pesquisadora responsável pela obtenção do consentimento

## **Apêndice II - Roteiro de Entrevista Semiestruturada**

- 1. No seu dia a dia profissional quais são seus instrumentais utilizados?**
- 2. Frente a sua atuação, quais são seus principais desafios profissionais?**
- 3. Qual a importância que você considera a respeito do seu trabalho desenvolvido?**
- 4. Quais as principais demandas?**
- 5. Quais as suas principais atribuições e competência no âmbito da atuação profissional?**